

# Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

ANO XII

NÚMERO 105

JANEIRO 2025

## APM tem nova diretoria para os próximos 4 anos



# VENHA CONOSCO CONSTRUIR A FORÇA DO MUNICIPALISMO

Traga seu município para a Associação Paulista de Municípios. Sua gestão terá à disposição toda a força institucional de 76 anos que faz da APM a entidade municipalista mais tradicional do Brasil.

## VANTAGENS DE ASSOCIAR SEU MUNICÍPIO À APM

- Informações sobre assuntos importantes da gestão municipal
- Orientações com nosso corpo técnico
- Intercâmbios e capacitações
- Atendimento exclusivo
- Representação política
- Carteira de Prefeito

**Fortalecer o  
municipalismo  
paulista!**



[apaulista@apaulista.org.br](mailto:apaulista@apaulista.org.br)



[instagram.com/apm.sp](https://www.instagram.com/apm.sp)



**SAIBA MAIS:**



 [facebook.com/apulistasp](https://facebook.com/apulistasp)



## ÍNDICE / EXPEDIENTE



**13,14 e 15** Vacina do Butantan contra Dengue entra na reta final de aprovação, mas deverá estar disponível apenas no próximo ano



**26 a 27** Reforma Tributária: O que muda com a sanção da Lei Complementar 214/2025 e pontos de atenção para os Municípios.

- 6 a 9** ..... APM tem nova diretoria para os próximos 4 anos  
**10,11,12** ... Cresce o número de municípios em situação de emergência por Dengue em São Paulo  
**16 a 19** .... São Paulo agora conta com Conselho de Mudanças Climáticas  
**20 a 23** ... Lideranças regionais tomam posse em consórcios municipais  
**24 a 25** ... TCESP orienta Prefeitos e gestores sobre cuidados no início de mandato  
**28 a 30** ... Municípios brasileiros se preparam para cumprir leis que restringem uso de celulares em sala de aula  
**31** ..... Municípios devem cadastrar dados em novo sistema do FNDE  
**32** ..... Sistema de votação eletrônica faz as eleições da APM ter recorde de participação  
**33** ..... USP lança curso EAD de Planejamento e Gestão de Cidades  
**34 a 37** ... O Desafio do Saneamento Básico para os Gestores Municipais  
**38 e 39** ... É hora de desarmar os palanques  
**40** ..... Inteligência Artificial na Sala de Aula: Um Novo Capítulo na Educação  
**41** ..... O longo ano que nos separa da COP 30  
**42 e 43** ... Novo presidente do CICAP contará com Governança Regional consolidada no Circuito das Águas  
**44 e 45** ... Educação antirracista: após 20 anos de lei, sua implementação ainda é um desafio  
**46 e 47** ... São Paulo à frente do 5G  
**48 e 49** ... Segurança da Informação para o seu município  
**50 e 51** ... Precatórios: "Pagar ou não pagar, eis a questão."  
**52 e 53** ... O que fazer nos 100 primeiros dias de governo para a modernização tecnológica de seu município?  
**54 a 57** ... Mulher em Destaque  
**58** ..... CNM: Uma parceria de lutas e conquistas



A Revista Municípios de São Paulo é uma publicação bimestral da Associação Paulista de Municípios- APM

### **PRESIDENTE**

Fred Guidoni

### **TEXTOS, EDIÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL :**

Maria Isabel Pereira

### **EDIÇÃO DE ARTE**

### **DIAGRAMAÇÃO:**

Antônio Pereira da Silva (Tota)

### **PUBLICIDADE**

Anuncie na revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios paulistas.

### **FALE CONOSCO**

Tel: 11 2165 9999

[apaulista@apaulista.org.br](mailto:apaulista@apaulista.org.br)

### **JANEIRO 2025**

A Revista Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando, necessariamente a opinião da direção da revista. - A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



# Compromisso Renovado

Assumir a presidência da Associação Paulista de Municípios é, ao mesmo tempo, uma honra imensa e um desafio grandioso. Representar os municípios paulistas, cada um com suas peculiaridades, demandas e aspirações, é uma responsabilidade que recebo com muito orgulho e compromisso. A APM é a voz dos nossos municípios, e a minha missão e desta diretoria renovada, que topou este desafio comigo é o de fortalecer ainda mais essa instituição, garantindo que ela esteja sempre ao lado dos municípios, apoiando seus gestores e promovendo o desenvolvimento das nossas cidades.

Neste início de 2025, aproveito para parabenizar os prefeitos e prefeitas eleitos no pleito de 2024. Vocês assumem agora a liderança de seus municípios, carregando consigo o voto de confiança de suas comunidades e a responsabilidade de transformar promessas em ações concretas. Governar é um desafio diário, mas é também uma oportunidade única de deixar um legado que impactará positivamente a vida de milhares de cidadãos.

Os desafios que se colocam para os próximos anos não são poucos. O cenário exige de nós, gestores públicos, coragem, planejamento e criatividade para enfrentar questões que são urgentes. Mais do que nunca, é fundamental inovar e buscar soluções colaborativas, promovendo o desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

Nesse contexto, reafirmo o compromisso da APM com o fortalecimento do municipalismo. É nos municípios que a vida acontece, e é nas prefeituras que as políticas públicas ganham forma e transformam realidades. Por isso, é essencial que as cidades tenham o apoio necessário para executar suas ações e enfrentar os desafios que surgem.

A APM será sempre um espaço de diálogo, aprendizado e articulação política. Vamos intensificar nossas ações de capacitação, oferecer suporte técnico, promover o intercâmbio de boas práticas e atuar de forma ativa junto aos governos estadual e federal para defender os interesses dos nossos municípios.

Aos novos prefeitos e prefeitas, deixo minha mensagem de apoio: contem com a APM em todos os momentos. Vocês não estão sozinhos nessa jornada. Estamos aqui para caminhar ao lado de vocês, trabalhando em conjunto por um municipalismo mais forte e por um estado de São Paulo mais justo e desenvolvido.

Aos municípios paulistas, renovo meu compromisso de trabalhar incansavelmente para que a APM continue sendo a aliada que vocês merecem. Que 2025 seja um ano de conquistas e avanços para todos nós!

Com orgulho e esperança,



**Fred Guidoni**

Presidente da Associação Paulista de Municípios





# APM tem nova diretoria para os próximos 4 anos

*Eleição aconteceu no final do ano, com posse em janeiro*

**A** Associação Paulista de Municípios (APM) inicia um novo capítulo de sua história com a posse da diretoria para o quadriênio 2025-2028. A cerimônia foi realizada no dia 6 de janeiro, marcando o começo de uma gestão que aposta no diálogo e na união para fortalecer o municipalismo em todo o estado de São Paulo.

feitos de Campos do Jordão Fred Guidoni, escolhido no dia 20 de dezembro juntamente com a chapa "APM Unida: A Força do Municipalismo", eleita por aclamação e unanimidade. A composição pluripartidária da chapa reforça a vocação da APM em congregar lideranças comprometidas com o desenvolvimento das cidades paulistas.

nos próximos anos, sobretudo na liderança de debates como a reforma do Pacto Federativo e no enfrentamento das crescentes atribuições impostas aos Municípios, muitas vezes sem a devida capacidade de financiamento. Será um grande desafio", ressalta Luiz Fernando Arantes Machado, ex-prefeito de Jundiaí e presidente do Conselho Deliberativo.

O presidente eleito foi o ex-pre-

"A APM terá um papel decisivo

Retomando a presidência da



entidade (cargo ocupado anteriormente entre 2021 e abril de 2023), Fred Guidoni salientou a importância de unir forças em prol do municipalismo:

“Vamos juntos promover a coesão do municipalismo paulista, levando benefícios diretamente à porta das casas das pessoas. Contem com nosso trabalho para representar e fortalecer os municípios de São Paulo.”

Gustavo Reis, primeiro Vice-Presidente e ex-prefeito de Jaguariúna, saudou os novos dirigentes e alertou para os impactos da Reforma Tributária, bem como para o possível enfraquecimento dos benefícios do ICMS. Já a segunda Vice-Presidente, Suéllen Silva Rosim, prefeita de Bauru, demonstrou otimismo: acredita que essa nova fase consolidará

conquistas significativas para os municípios paulistas.

A seguir, confira a composição completa da diretoria administrativa, dos conselhos e da comissão:

#### Diretoria Administrativa

**Presidente:** Fred Guidoni – ex-prefeito de Campos do Jordão

**1º Vice-Presidente:** Márcio Gustavo Bernardes Reis – ex-prefeito de Jaguariúna

**2º Vice-Presidente:** Suéllen Silva Rosim – prefeita de Bauru

**3º Vice-Presidente:** Alberto Mourão – prefeito de Praia Grande

**4º Vice-Presidente:** Rogério Lins Wanderley – prefeito de Osasco

**Secretário Geral:** Rômulo Luís de Lima Ripa – ex-prefeito de Porto Ferreira

**1º Secretário:** Wagner Bento da Costa – prefeito de Pariquera-Açu

**Tesoureiro Geral:** Waldemar Junqueira Ferreira Neto – ex-prefeito de Águas da Prata

**1º Tesoureiro:** Cândido Murilo Pinheiro Ramos – ex-prefeito de Nazaré Paulista

#### Conselho Deliberativo

**Presidente:** Luiz Fernando Arantes Machado (ex-prefeito de Jundiá)

#### Conselheiros:

**Lucas Pocay Alves da Silva** (ex-prefeito de Ourinhos)

**Felipe Augusto** (ex-prefeito de São Sebatião)

**Paula Oliveira Lemos** (ex-prefeita de Barretos)

**Manoel Ironides Rosa** (ex-prefeito de Bastos)





**Edson José Marcusso** (ex-prefeito de Boituva)

**Tiago Ricardo Ferreira** (ex-prefeito de Campina do Monte Alegre)

**Dieb Taha** (ex-prefeito de Colina)

**Itamar Gomes Bueno** (prefeito de Cravinhos)

**Thales Gabriel Fonseca** (prefeito de Cruzeiro)

**Ruy Diomedes Favaro** (prefeito de Dois Córregos)

**Fernando Henrique Capato** (prefeito de Holambra)

**Wilson Almeida Lima** (ex-prefeito de Iguape)

**José Alexandre Pereira de Araújo** (ex-prefeito de Aguaí)

**Otávio Augusto Giantomassi Goes** (ex-prefeito de Ilha Solteira)

**Mario Celso Botion** (ex-prefeito de Limeira)

**Luciano Francisco de Godoi Lopes** (prefeito de Lindóia)

**Marco Antonio de Oliveira** (ex-prefeito de Morungaba)

**Jurandir Barbosa de Moraes** (prefeito de Nova Aliança)

**Carlos Sussumi Ivama** (prefeito de Alto Alegre)

**Ednilson Cazellato** (ex-prefeito de Paulínia)

**Rodolfo Hessel Fanganiello** (prefeito de Paranapanema)

**Silvio Martins** (ex-prefeito de Pradópolis)

**William Landim da Silva** (ex-prefeito de Bananal)

**Braz Rodrigues** (ex-prefeito de Rincão)

**José Basílio de Faria** (ex-prefeito de Santa Clara d'Oeste)

**Carlos Augusto Chinchilla Alfonso** (prefeito de Santa Isabel)

**Osmar Sampaio** (ex-prefeito de Santa Rita d'Oeste)

**Rubens José Belão** (ex-prefeito de Três Fronteiras)





**Ivana Maria Bertolini Camarinha** (prefeita de Pederneiras)  
e **Alexandre Tassoni Antonio** (ex-prefeito de Tupi Paulista).

#### Conselho Fiscal

#### Conselheiros:

**Clodomiro Toledo Júnior** (prefeito de Santo Antônio do Pinhal)  
**Fernando Fiori de Godoy** (ex-prefeito de Holambra)  
**Marcelo de Souza Pecchio** (ex-prefeito de Quatá).

#### Comissão de Sindicância

#### Comissários:

**Maria da Graça Zucchi Moraes** (ex-prefeita de Itirapina)  
**Ana Lúcia Bilard Sicherle** (ex-prefeita de São Luiz do Paraitinga)  
**Oscar Gozzi** (ex-prefeito de Tarumã).





## DENGUE



# Cresce o número de municípios em situação de emergência por Dengue em São Paulo

*Até o dia 24 de janeiro, já eram 31 municípios paulistas com decretos de situação de emergência*

O estado de São Paulo contabilizava, até o fechamento desta edição 29.604 casos, apenas nos primeiros dias de janeiro. Já são seis óbitos confirmados, e 31 municípios que decretaram estado de emergência.

No mesmo ritmo de crescimento dos casos, cresce também o número de cidades em emergência por Dengue. Entre as cidades em emergência, a maioria estão no

DRS (Departamento Regional de Saúde) de São José do Rio Preto. Na sequência vem Araçatuba e de Taubaté e depois Campinas, São João da Boa Vista e Sorocaba.

Atualmente, no estado de São Paulo, os sorotipos 1, 2 e 3 da dengue estão em circulação. Nos departamentos de Araçatuba e São José do Rio Preto há incidência do 1, 2 e 3. Nos DRS de Presidente Prudente, Bauru e Sorocaba predomina o tipo 2.

Mas a Secretaria de Saúde de São Paulo detectou a prevalência do sorotipo 3 circulando desde o fim do ano passado.

O alerta já havia sido feito por pesquisadores da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp) em artigo publicado no Journal of Clinical Virology.

“A última epidemia significativa de DENV-3 no Brasil e, mais especificamente, em São José do Rio Pre-





to, ocorreu há mais de 15 anos [em 2007]. Já os sorotipos 1 e 2 continuam circulando continuamente pelo país. Se o sorotipo 3 se estabelecer novamente e prevalecer esse quadro [de co-circulação de variantes], isso pode levar a formas severas de uma epidemia de dengue. É exatamente essa situação que estamos vivendo neste momento em São José do Rio Preto”, diz à Agência FAPESP Maurício Lacerda Nogueira, professor da Famerp e um dos autores do estudo.

Por meio de um projeto apoiado pela FAPESP, os pesquisadores vêm realizando nos últimos 20 anos a vigilância genômica e epidemiológica de dengue e outras arboviroses (doenças causadas por vírus transmitidos principalmente por mosquitos) em São José do Rio Preto que é, justamente, a região com o maior número de casos.

A Secretaria de Saúde no Estado de São Paulo atesta que o vírus já havia sido detectado em 2023, sendo identificado pelo monitoramento das 71 unidades sentinelas que monitoram a circulação do vírus da dengue, em todo o território paulista, o que corrobora a pesquisa e a agrava, pela sua extensão. A expansão levou o secretário de Saúde Eleuses Paiva, a declarar que há possibilidade de o Estado enfrentar mais casos graves da doença em 2025 do que em 2024, quando os números já foram recordes.

As autoridades reforçam a importância dos cuidados no combate ao mosquito transmissor, destacando que, devido a não circulação prolongada desse sorotipo por um período, grande parte da população encontra-se vulnerável à infecção.

A declaração aconteceu durante a abertura do Centro de Operações de Emergências (COE), que coordenará as ações de combate ao *Aedes aegypti*, vetor da dengue, chikungunya e Zika.

A preocupação do secretário foi compartilhada por outras autoridades presentes no evento, como Esper Kallás, diretor do Instituto Butantan, e está relacionada à existência de diferentes sorotipos (DENV-1, 2, 3 e 4) e à forma como reagimos diante da infecção.

### Ações de combate

O Governador Tarcísio de Freitas declarou que vai destinar R\$ 228 milhões aos municípios do estado para traçar estratégias contra as arboviroses neste ano, especialmente a dengue. Metade é uma antecipação da cota fixa. E meta-





## DENGUE



de é recursos novo para o controle. Também foi criado um Centro de Operações de Emergência para monitorar e tentar conter a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. O COE é formado pela Secretaria de Estado da Saúde, Casa Civil, Casa Militar/Defesa Civil, Secretaria de Comunicação, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Educação, Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Secretaria de Desenvolvimento Social, além Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo e Exército como convidados.

A secretaria de saúde elaborou um novo Plano de Contingência das Arboviroses Urbanas 2025/2026,

com as principais estratégias, ações e recomendações de combate à dengue, chikungunya e Zika, com uma nova metodologia para acompanhamento dos casos e de resposta no atendimento aos pacientes.

“O primeiro desafio do ano de 2025 é o enfrentamento à dengue”, disse o governador Tarcísio de Freitas no lançamento do Centro de Operações. “Só teremos sucesso se fizermos juntos o que tem que ser feito. Temos em desenvolvimento a vacina do Butantan, que está indo muito bem, mas só teremos escala em 2026”, afirmou o governador.

Segundo a diretora do Centro de

Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde, Tatiana Lang, o plano considera cenários de mobilização e alerta regional, conforme o número de casos suspeitos e confirmados em períodos de quatro semanas consecutivas. “A classificação dos cenários considera a média histórica de casos dos últimos dez anos nas regiões. Temos um painel em tempo real mostrando todos os números, gerando mapas por semanas epidemiológicas e tudo isso dá mais transparência de como o Governo do Estado tem lidado com o combate às arboviroses”, explica.

O Plano de Contingência pode ser acessado pelo site [dengue.saude.sp.gov.br](http://dengue.saude.sp.gov.br).





## Vacina do Butantan entra na reta final de aprovação, mas deverá estar disponível apenas no próximo ano

*Último documento foi encaminhado à Anvisa em Dezembro. Expectativa para a liberação é em meados de Março.*

**A** informação foi divulgada pelo diretor da instituição, Esper Kallás, durante evento do governo estadual para abertura do Centro de Operações de Emergências (COE) contra o *Aedes Aegypti*, no dia 23 de Janeiro.

Em dezembro, o Butantan enviou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a última leva de documentos necessários para a solici-

tação do registro do imunizante. A expectativa é que haja uma manifestação da agência reguladora até meados de março. Por ora, o pedido prevê aplicar a vacina em pessoas de 2 a 59 anos.

“Começamos a fabricar os insumos [os chamados IFAS, ou ingredientes farmacêuticos ativos] de cada um dos quatro sorotipos do vírus. A produção é contínua, porque são quatro IFAS para compor o produ-

to. Faz sentido adiantarmos essas etapas para, assim que obtivermos o registro, já termos doses rapidamente disponíveis para a população”, disse à Agência FAPESP Gustavo Mendes, diretor de Assuntos Regulatórios, Qualidade e Ensaios Clínicos do Butantan.

Os resultados do ensaio clínico da Butantan-DV, publicados no *New England Journal of Medicine* no ano passado, demonstraram uma



## DENGUE



**VACINA DA  
DENGUE DO  
INSTITUTO  
BUTANTAN**

eficácia geral da vacina de 79,6% ao longo de dois anos de acompanhamento: 89,5% para DENV-1 e 69,6% para DENV-2. Apesar de ter sido desenvolvida para proteger contra todos os sorotipos, os pesquisadores não puderam avaliar a proteção contra o DENV-3 e o DENV-4 porque não foram detectados casos desses tipos no período do estudo (leia mais em: [agencia.fapesp.br/50763](http://agencia.fapesp.br/50763)).

Aprovada pela Anvisa, o Butantan deverá enviar uma solicitação de autorização de preço à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Após essa avaliação, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) vai estudar a possível incorporação da vacina ao SUS.

### **Etapas de produção**

Se aprovada, a Butantan-DV será a

primeira vacina do mundo em dose única contra a dengue. O instituto tem planos de fabricar em torno de 1 milhão de doses de vacinas ainda em 2025, prevendo o grande potencial de aquisição pelo Ministério da Saúde e sua incorporação no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Outros 100 milhões de doses devem ser fabricados até o fim de 2027.

A produção da Butantan-DV acontece em etapas distintas: primeiro o instituto fabrica cada um dos tipos do vírus: 1, 2, 3 e 4 separadamente para somente depois juntá-los para fazer a formulação final da vacina.

### **Uma década e meia de estudos**

O imunizante tetravalente contra a dengue começou a ser desenvolvido em 2010, com apoio da FAPESP, a partir de uma formulação criada por pesquisadores vinculados aos

Institutos Nacionais de Saúde (NIH), dos Estados Unidos. Os NIH foram responsáveis pela fase 1 do ensaio clínico (2010-2012), enquanto a fase 2 (2013-2015) foi realizada no Brasil. A fase 3, que começou em 2016, também foi conduzida no país e seguiu até o ano passado, quando todos os 16.235 voluntários completaram cinco anos de acompanhamento.

### **Produção e envase da vacina**

Apesar de já estar sendo produzida, a Butantan-DV não estará disponível para os brasileiros imediatamente após a aprovação do registro. Se ela for aprovada, a Anvisa deverá enviar uma solicitação de autorização de preço à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Depois dessa etapa, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sis-



DENGUE



## ANÚNCIOS PARA O ENFRENTAMENTO DAS ARBOVIROSES

Secretaria

tema Único de Saúde (Conitec) irá estudar a possível incorporação da vacina ao Sistema Único de Saúde (SUS). Caso o posicionamento seja favorável, então os trâmites para a distribuição da vacina pelo Ministério da Saúde poderão ser iniciados — mas a pasta já sinalizou que não prevê uma vacinação em massa neste ano.

O governador Tarcísio de Freitas, também anunciou que a tarefa dos municípios, agora, é de combater o mosquito. “Temos um lado que é o da ciência e do desenvolvimento da vacina. Mas teremos escala em 2026. Mas o desafio de agora, de 2025, é combater o vetor. A responsabilidade é de todos. Do cidadão também. Mas as Prefeituras são fundamentais. E nós daremos suporte para que isso aconteça”, disse.

### Outros estudos e vacinas

O presidente do Butantan anunciou que começou o estudo para ampliar a vacina, para os idosos, com mais de 60 anos. A única vacina aprovada para uso no País — a Qdenga, da farmacêutica japonesa Takeda, tem indicação de uso em pacientes de 4 a 60 anos —, mas ainda exclui os idosos, considerados mais vulneráveis ao agravamento da doença.

Dados do Ministério da Saúde apontam que seis em cada dez (cerca de 64%) mortes por dengue no ano passado, quando o Brasil registrou mais de 6,6 mil vítimas, foram de pessoas com 60 anos ou mais.

No sistema público de saúde, a vacina Qdenga é oferecida apenas a

crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos, grupo mais suscetível a internações segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), mas não houve uma cobertura eficaz.

De acordo com o secretário estadual da saúde, Eleuses Paiva, a Qdenga chegou a apenas 391 dos 645 municípios paulistas —devido ao recorte de faixa etária—, e essa limitação é uma das hipóteses para a baixa cobertura vacinal. Até janeiro, apenas 25% do público-alvo havia tomado a vacina em São Paulo.

#### Fonte:

*Live, Attenuated, Tetravalent Butantan-Dengue Vaccine in Children and Adults | New England Journal of Medicine*





# São Paulo agora conta com Conselho de Mudanças Climáticas

*Municípios são protagonistas na redução de poluentes e resiliência climática*

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, assinou no dia 22 de janeiro, no Palácio dos Bandeirantes, o decreto que cria o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (CEMC). Com caráter consultivo, o órgão reúne representantes do governo estadual, dos municípios e da sociedade civil para promo-

ver uma governança climática integrada e robusta. O principal objetivo do conselho é discutir e acompanhar estratégias que reduzam as emissões de poluentes e tornem as cidades mais resilientes aos efeitos das mudanças climáticas até 2050.

Os municípios paulistas terão pa-

pel central no funcionamento do CEMC, já que o órgão conta com seis representantes indicados por prefeituras e entidades municipais, garantindo que as realidades locais sejam consideradas nas políticas públicas do estado. "Os municípios estão na linha de frente quando o assunto é sustentabilidade e enfrentamento às mudan-



ças climáticas. São os prefeitos e prefeitas que vivem os desafios diários de desastres naturais e que implementam soluções em seus territórios. Por isso, essa é uma conquista que coloca as cidades no centro das decisões”, destacou Fred Guidoni, presidente da Associação Paulista de Municípios (APM).

O anúncio foi feito durante uma cerimônia que contou com a presença de autoridades estaduais, representantes municipais e líderes de entidades da sociedade civil. Segundo o governador, a criação do CEMC marca uma nova etapa para São Paulo no enfrentamento às mudanças climáticas. “Esse conselho reforça nosso compromisso com a sustentabilidade

e com o apoio aos municípios na busca por soluções práticas e eficientes. Precisamos de governança sólida e de uma visão compartilhada para enfrentar os desafios climáticos. E isso só será possível com a participação ativa dos prefeitos e prefeitas de nosso estado”, afirmou Tarcísio de Freitas.

### A importância dos municípios no enfrentamento climático

Os desastres naturais, como enchentes, deslizamentos e estiagens prolongadas, afetam diretamente a qualidade de vida da população nas cidades. Prefeitos(as) e gestores(as) municipais estão na linha de frente desses desafios, sendo responsáveis por

executar ações emergenciais e promover políticas públicas para prevenir e mitigar os impactos climáticos.

O CEMC será um importante aliado dos municípios ao articular políticas estaduais que dialoguem com as realidades locais. Entre as prioridades do conselho está a redução das emissões de gases de efeito estufa, o estímulo à geração de energia limpa e a implementação de estratégias de resiliência urbana.

De acordo com Fred Guidoni, os municípios têm muito a contribuir para a construção de uma política climática sólida. “Os prefeitos sabem onde estão as vulnerabilidades e também conhecem o





potencial de cada cidade para desenvolver soluções locais. É por meio de parcerias como essa que podemos transformar desafios em oportunidades de desenvolvimento sustentável”, ressaltou o presidente da APM.

O papel do conselho é consultivo, ou seja, caberá a ele opinar sobre propostas e acompanhar a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC). As deliberações, no entanto, serão feitas pelo Comitê Gestor de Mudanças Climáticas, que agora também contará com representantes da Secretaria Estadual de Saúde e da Defesa Civil, setores estratégi-

cos para lidar com os impactos do clima.

### Avanços anunciados

Além da instalação do CEMC, a cerimônia no Palácio dos Bandeirantes foi palco de anúncios que beneficiarão diretamente os municípios paulistas. Entre eles, destaca-se a criação do Centro Paulista de Radares e Alertas Meteorológicos (CePRAM), que integrará os dados de sete radares meteorológicos existentes no estado, oferecendo informações mais precisas sobre eventos extremos, como chuvas intensas e vendavais.

O CePRAM funcionará sob a gestão da Defesa Civil estadual e terá o apoio de especialistas, como geólogos, hidrólogos e meteorologistas. A iniciativa visa aprimorar a capacidade de prever eventos extremos e emitir alertas à população com maior precisão. Para os municípios, isso significa maior agilidade na resposta a desastres, evitando perdas humanas e materiais.

Outra medida anunciada foi o estímulo ao reflorestamento com espécies nativas, por meio de um chamamento público da Fundação Florestal. Os projetos selecionados promoverão a recuperação de áre-



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

com a neutralidade de carbono até 2050, uma meta ambiciosa que exige esforços coordenados entre estado e municípios. Para isso, ele destacou a importância de investimentos em modais de transporte mais limpos, como ferrovias e balsas elétricas, que podem transformar o perfil de emissões do estado, tradicionalmente concentrado nos setores de transporte e energia.

### Parceria com a sociedade civil

O papel da sociedade civil no conselho é outro destaque do CEMC. Universidades, indústrias e organizações não governamentais terão a oportunidade de contribuir com conhecimentos técnicos e propostas inovadoras. Essa parceria entre governo, municípios e sociedade é vista como fundamental para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

as degradadas, contribuindo para a biodiversidade e a resiliência hídrica das cidades.

Além disso, a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) informou que passará a dispensar o licenciamento ambiental para sistemas de geração de energia solar com capacidade de até 5MW, facilitando a implementação de projetos sustentáveis em municípios paulistas.

### Sustentabilidade e economia local

O impacto das mudanças climáticas é uma preocupação global, mas as soluções precisam ser aplicadas localmente. Os prefeitos(as) de São Paulo têm buscado alter-

nativas para equilibrar desenvolvimento econômico e proteção ambiental, e o CEMC será uma ferramenta essencial para integrar essas iniciativas.

Fred Guidoni destacou que a política climática estadual deve priorizar ações que tragam benefícios diretos às cidades. “Quando falamos de reflorestamento, energia limpa ou gestão de resíduos, estamos falando de melhorias concretas para os municípios: geração de empregos, saúde pública, redução de enchentes e desenvolvimento sustentável. É nisso que precisamos focar”, afirmou o presidente da APM.

Durante o evento, o governador Tarcísio reforçou o compromisso

“Somente com uma atuação conjunta e coordenada conseguiremos criar um ambiente mais sustentável para as futuras gerações. O CEMC é uma oportunidade única de unir esforços e garantir que cada município tenha o apoio necessário para implementar ações climáticas”, concluiu Guidoni.

“A construção de um estado mais sustentável começa nas cidades. Cada município tem um papel único e insubstituível nesse processo, seja na proteção de suas florestas, na geração de energia limpa ou na educação ambiental de suas comunidades. Esse é o momento de trabalharmos juntos para um futuro mais resiliente e sustentável”, finalizou Fred Guidoni.



## Lideranças regionais tomam posse em consórcios municipais

*Eleição e Posse atestam avanços e compromisso com o desenvolvimento regional e municipal*

O início de 2025 foi marcado por cerimônias de posse em diversos consórcios intermunicipais do Estado de São Paulo, reunindo prefeitos(as) e autoridades estaduais em torno de propostas que visam promover o desenvolvimento regional de forma integrada. A presença do governador Tarcísio de Freitas, do secretário de Governo Gilberto Kassab, além de deputados e lideranças municipais, reforçou a relevância dos consórcios para a gestão pública.

O presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Fred Guidoni, acompanhou os eventos e reiterou a importância de cada consórcio na defesa do interesse coletivo das cidades paulistas.

“A renovação das lideranças regionais é um passo fundamental para o fortalecimento do municipalismo. Cada consórcio, à sua maneira, desempenha um papel estratégico na busca por soluções compartilhadas e na alocação mais eficiente de recursos, resultando em mais

qualidade de vida para a população”, afirmou Guidoni.

**CODIVAR: Destaque para a eleição de Wagner Costa, também secretário da APM**

Um dos momentos mais prestigiados neste início de ano foi a eleição do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (CODIVAR), realizada no Estoril Palace Hotel, em Registro, no dia 15 de Janeiro. Wagner





Costa, prefeito de Pariquera-Açu e secretário da Associação Paulista de Municípios (APM), foi eleito por aclamação para presidir o CODIVAR no biênio 2025-2026.

A solenidade contou com a presença do secretário de Governo do Estado de São Paulo, Gilberto Kassab, do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), André do Prado, dos deputados estaduais Paulo Corrêa Jr. e Caio França, além do ministro do Empreendedorismo Márcio França e da deputada federal Rosa Valle.

Em seu discurso de posse, Wagner Costa agradeceu o apoio dos colegas e destacou a importância do CODIVAR para o desenvolvimento regional. “Assumir a presidência do CODIVAR é uma honra e uma grande responsabilidade. Vamos trabalhar para promover o desenvolvimento coletivo e garantir mais oportunidades e qualidade de vida para a população do Vale do Ribeira e Litoral Sul”, afirmou.

Fred Guidoni, presidente da APM, fez questão de estar presente e ressaltar o papel de Wagner Costa na entidade. “É motivo de muito orgulho ver um representante da APM assumir a presidência de um consórcio tão relevante. Como secretário da nossa Associação, o Wagner sempre foi um defensor das boas práticas de gestão e do fortalecimento dos municípios. Tenho certeza de que o CODIVAR dará um grande salto de qualidade em sua gestão”, pontuou o presidente da APM.

Participou da eleição e posse, também, o vice-presidente da APM, Gustavo Reis.

### CONSAÚDE: Vinícius Brandão, de Miracatu, é reeleito

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira e Litoral Sul (CONSAÚDE) fez a sua primeira Assembleia no dia 15 de janeiro, em Registro, juntamente com o

Codivar. Vinícius Brandão, prefeito de Miracatu foi reeleito por aclamação. Ele terá como vice-presidente o prefeito de Juquiá, Cirilo. No Conselho Fiscal, o prefeito de Iporanga, Marquinhos, foi eleito como Presidente, enquanto Maristela Cardona, prefeita de Ilha Comprida, assumiu como suplente.

Durante a Assembleia, realizada em conjunto com o CODIVAR, o CONSAÚDE apresentou pautas como as atividades realizadas em 2024, as despesas e receitas do exercício anterior e projetos de criação de câmaras técnicas de saúde e meio ambiente na região.

### Cioeste: Guto Issa assume presidência com apoio de Tarcísio e Kassab

No dia 17 de janeiro, o prefeito de São Roque, Guto Issa (PSD), tomou posse como presidente do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste), tendo como vice-presidente





o prefeito de Cajamar, Kauã Bertto (PSD). A cerimônia ocorreu na sede do consórcio, em Alphaville (Barueri), e contou com a presença do governador Tarcísio de Freitas e do secretário de Governo Gilberto Kassab, dentre outras autoridades. Em seu discurso, Guto Issa destacou o compromisso de liderar ações conjuntas para impulsionar o crescimento das cidades e anunciou iniciativas como a contratação de consultoria internacional para elaboração de um planejamento estratégico de dez anos, estudos sobre os impactos da reforma tributária e a criação de uma Agência de Emergência Climática.

“Este é um dos dias mais importantes da minha vida pública, porque hoje também fui eleito presidente da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS). Os dois consórcios representam 39 municípios e assumo o compromisso de liderar com responsabilidade e empenho”, declarou Issa.

O governador Tarcísio de Freitas reforçou a relevância dos consórcios como instrumento de integração regional e otimização de processos licitatórios, além de citar os desafios na área da saúde, como o combate à dengue. “Vamos aproveitar a estrutura do consórcio para avançar em pautas, otimizar e garantir economia de escala. Temos muita coisa para fazer em conjunto”, afirmou.

## **Condemat+: Eduardo Boigues é eleito presidente para 2025**

Já no dia 2 de janeiro, o prefeito de Itaquaquecetuba, Eduardo Boigues, foi empossado como presidente do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat+) para o manda-





to de 2025. A prefeita de Ferraz de Vasconcelos, Priscila Gambale, ficou como vice-presidente, e o prefeito de Guarulhos, Lucas Sanches, como secretário geral.

A cerimônia contou com a presença de Gilberto Kassab, do subsecretário estadual de Desenvolvimento Urbano Police Neto, do conselheiro do TCE-SP Marco Bertaiolli e de diversos prefeitos da região, como Arujá, Mogi das Cruzes, Salesópolis e Suzano.

“Hoje o nosso consórcio é o maior da região metropolitana. São mais de 3,2 milhões de habitantes, significando 5% do PIB do estado”, afirmou Boigues. Ele destacou demandas prioritárias, como novas alças de acesso ao Rodoanel Mário Covas e à Rodovia Ayrton Senna, além da busca pela regionalização da saúde. “Temos sete hospitais na região e nossas vagas estão indo embora. Precisamos reverter esse quadro e atender nossos pacientes aqui, sem submetê-los a longos deslocamentos”, ressaltou.

### CISNAP: Prefeito de Pacaembu assume para o biênio 2025-2026

Em 7 de janeiro, na sede do SENAI em Dracena, ocorreu a eleição e posse da nova diretoria do Consórcio Intermunicipal de Serviços da Nova Alta Paulista (CISNAP). O prefeito de Pacaembu, João Francisco Mugnai Neves (PL), foi eleito presidente para o biênio 2025-2026, tendo como vice-presidente o prefeito de Ouro Verde, Júlio Cesar de Mori Vecchiati (Julião).

A assembleia contou com a presença de prefeitos de diversos municípios que compõem o consórcio. João Francisco agradeceu a confiança e elogiou os resultados alcançados pela diretoria anterior. “O CISNAP conta com um leque de serviços de excelência e vários projetos já iniciados para 2025. Estamos empenhados em trazer cada vez mais ferramentas de desenvolvimento para auxiliar as prefeituras da Nova Alta Paulista”, declarou o novo presidente.

### Integração regional e fortalecimento do municipalismo

Em todas as posses, ficou clara a importância dos consórcios intermunicipais na busca por soluções conjuntas e eficientes para problemas que afetam as cidades paulistas. Seja na área da saúde, da infraestrutura ou do meio ambiente, a união dos municípios tem se mostrado uma estratégia eficaz para compartilhar recursos, conhecimento e melhores práticas de gestão.

Fred Guidoni reiterou a relevância do municipalismo em cada uma dessas iniciativas. “Os consórcios são a prova de que, quando os municípios se unem, conseguem superar barreiras administrativas e alcançar resultados duradouros. A capacidade de articulação regional faz com que as demandas sejam atendidas com mais rapidez e eficiência, impactando positivamente a vida da nossa população”, concluiu o presidente da APM.





# TCESP orienta Prefeitos e gestores sobre cuidados no início de mandato

*Evento online aconteceu no dia 21 de janeiro e pode ser assistido no canal do TCE no Youtube*

**E**leitos no pleito eleitoral de 2024, os novos prefeitos(as) e gestores(as) municipais do estado de São Paulo assumem suas funções com inúmeros desafios pela frente. Passada a euforia da vitória nas urnas, surgem perguntas cruciais: o que fazer nos primeiros dias da gestão? Quais as principais precauções que devem ser tomadas? Quais áreas exigem atenção prioritária? Como garantir a correta aplicação e prestação de contas dos recursos públicos? Com o ob-

jetivo de orientar os chefes dos Executivos municipais – eleitos e reeleitos – e suas equipes, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) promoveu, no dia 21 de janeiro, uma série de palestras intitulada “Orientação sobre os cuidados de início de mandato”.

O evento abordou temas essenciais para a gestão pública, como Planejamento e Finanças, Patrimônio Público, Dívida Ativa, Compras e Contratações Públicas, Terceiro Setor, Legislação, Controle

Interno e Transparência. As palestras ocorreram simultaneamente no Auditório Nobre do TCE SP, na capital, e em quatro Unidades Regionais do órgão: Araçatuba, São José dos Campos, Campinas e Registro, além de serem transmitidas ao vivo para todo o estado.

## **Abertura e palestrantes**

Na abertura do evento, o presidente do TCE SP, conselheiro Renato Martins Costa, fez uma saudação aos novos prefeitos(as) e enfi-





zou a responsabilidade que acompanha a vitória eleitoral. “Que a vitória venha acompanhada de uma imensa responsabilidade: a de cumprir com os compromissos assumidos ao longo de uma campanha”, afirmou.

O conselheiro destacou ainda as particularidades da gestão pública em relação à vida privada. “A administração pública opera dentro do regime da legalidade escrita. Enquanto, na vida privada, podemos fazer tudo o que a lei não proíbe, na vida pública só é permitido aquilo que a lei determina.

Essa é uma diferença fundamental que todos os gestores precisam compreender desde o início de suas gestões”, explicou.

A mesa do Auditório Nobre foi composta pelo presidente do TCESP, Renato Martins Costa; pelo secretário-diretor geral Germano Fraga Lima; pelos diretores dos Departamentos de Fiscalização I e II, Paulo Sugiura e Alexandre Carlota; e pela chefe técnica da Divisão de Auditoria Eletrônica (AU-DESP), Débora Georgia Tristão.

Nas Unidades Regionais, os chefes técnicos Rafael Rodrigues da Costa (UR-07), Alexandre Violato Peyerl (UR-12), Adriana Ribeiro de Assis (UR-01) e Francisco José Pupo Nogueira Filho (UR-03) conduziram apresentações que reforçaram a importância da legalidade, do planejamento e da transparência na administração municipal.

### O papel dos municípios da APM

Os desafios enfrentados pelos novos prefeitos(as) são significativos, e a importância de capacitação e

orientação não pode ser subestimada. Fred Guidoni, presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), destacou a relevância do evento do TCESP para fortalecer as gestões municipais.

“O início de um mandato é uma oportunidade crucial para estabelecer bases sólidas que garantam a eficiência e a transparência na gestão pública. A APM reconhece o papel fundamental do Tribunal de Contas do Estado em orientar os gestores e está ao lado dos municípios para oferecer apoio técnico, político e administrativo. Não há espaço para improviso na administração pública. É preciso planejamento, conhecimento e, acima de tudo, compromisso com as demandas da população”, afirmou Guidoni.

### Temas abordados nas palestras

Durante o evento, foram discutidos tópicos fundamentais para os novos gestores:

**:: Planejamento e Finanças:** orientações sobre a elaboração de planos plurianuais e orçamentos anuais, além da importância de prever receitas e despesas de forma realista.

**:: Patrimônio Público:** cuidados na gestão de bens municipais e a necessidade de garantir que o patrimônio público seja preservado e utilizado de forma adequada.

**:: Dívida Ativa:** estratégias para recuperar receitas municipais e reduzir a inadimplência.

**:: Compras e Contratações Públicas:** ênfase na observância da legislação para garantir pro-

cessos transparentes e isentos de irregularidades.

**:: Terceiro Setor:** esclarecimentos sobre a relação com organizações não governamentais, observando os marcos legais e os mecanismos de controle.

**:: Legislação e Controle Interno:** reforço sobre a importância de mecanismos internos de fiscalização para garantir a legalidade e a eficiência das ações públicas.

**:: Transparência e Comunicação:** orientações para garantir que a gestão pública seja acessível e clara para a população, promovendo o diálogo e a confiança.

### Apoio contínuo da APM

A APM tem atuado como uma parceira estratégica para os municípios paulistas, oferecendo suporte técnico, promovendo eventos de capacitação e defendendo os interesses municipais junto ao governo estadual e federal. Fred Guidoni reforçou o compromisso da entidade em auxiliar os gestores municipais neste início de mandato.

“Os desafios são muitos, mas os prefeitos e prefeitas de São Paulo têm mostrado capacidade, resiliência e compromisso com suas comunidades. A APM está à disposição para colaborar em todas as etapas da gestão, seja oferecendo capacitação, seja atuando como ponte entre os municípios e os órgãos estaduais e federais. Trabalhando juntos, podemos garantir que as cidades paulistas tenham gestões responsáveis, inovadoras e focadas no bem-estar da população”, concluiu Guidoni.

Accesse o link da transmissão: <https://go.tce.sp.gov.br/k7b0v8>.





A CNM reuniu no dia 4 de julho de 2023, mais de 500 gestores de todo o país, para discutir o assunto com o relator da matéria em tramitação na Câmara dos Deputados, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).



No dia 15 de Agosto de 2023, a APM se fez presente na grande Mobilização Municipalista convocada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

## O que muda com a sanção da Lei Complementar 214/2025 e pontos de atenção para os Municípios

A Reforma Tributária deu mais um passo com a sanção, em 16 de janeiro de 2025, da Lei Complementar (LC) 214/2025. Essa lei regulamenta a maior parte das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovadas pelo Congresso Nacional em dezembro de 2023, e tem por base o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024.

### Principais alterações

A LC 214/2025 substitui, a partir de 2027, cinco tributos atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por dois novos: **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, sob responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios; **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, de competência federal. Além disso, cria o **Imposto Seletivo (IS)**, de natureza extrafiscal e regulatória, com o intuito de desestimular o consumo de produtos considerados

nocivos à saúde e ao meio ambiente. O modelo adotado para o IBS e a CBS segue o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), já utilizado em vários países.

### Perspectiva do Governo Federal

A intenção do Governo é de simplificar o sistema de arrecadação, aumentar a segurança jurídica, reduzir a litigiosidade, estimular exportações (pela não cumulatividade) e promover maior justiça tributária.

Durante a Sanção o presidente Lula fez um agradecimento especial ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e ao secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Appy enfatizou o caráter histórico da sanção presidencial. “É um dia histórico no processo de aprovação da Reforma Tributária, que é um tema que o Brasil vem discutindo desde a

Constituinte de 1988”, afirmou. Ele também destacou a importância do trabalho conjunto da sociedade civil, das três esferas do Executivo e do Congresso Nacional para que a reforma avançasse.

Um dos idealizadores da PEC 45/2019, quando atuava no Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Appy frisou a importância de a proposta ter sido encampada pelo Parlamento – a PEC foi apresentada pelo então deputado Baleia Rossi (MDB-SP) – e ter sido priorizada pelo novo governo, com envolvimento pessoal do presidente Lula e do ministro Haddad.

A transição prevista até 2027 permitirá que a sociedade, as empresas e os investidores se adaptem gradualmente às novas regras.

“Esse tempo é para preparar a sociedade brasileira, os empresários, os investidores a se adequarem à nova





Em 28 de setembro de 2023, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e dos relatores da PEC da Reforma Tributária, senador Eduardo Braga no Senado, e deputado Agnaldo Ribeiro na Câmara, o presidente Fred Guidoni representou a APM e os municípios do Estado de São Paulo na discussão da Reforma

ordem tributária deste país”, ressaltou o presidente Lula sobre a transição para o novo modelo

## Visão do Movimento Municipalista

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Associação Paulista de Municípios (APM) tiveram uma atuação intensa para que, durante a tramitação da proposta em 2023 e da Lei Complementar os interesses municipais na distribuição de receitas e na estrutura de governança do novo sistema, fossem observados.

Foram diversas reuniões em Brasília, com convocação de todos os prefeitos, para fazer prevalecer o direito dos municípios.

“Entendo que o município é a célula vital de nosso sistema, e é crucial fortalecê-lo, garantindo recursos e condições para que prefeitos possam atender às demandas da população de forma eficaz. O município tem que estar forte, tem que ter recursos e condições de fazer tudo que o prefeito precisa entregar para a população. O mais importante para os gestores locais é não perder a autonomia da gestão do imposto e da elaboração dos processos”, afirma o presidente da APM, Fred Guidoni.

Dentre os pontos que incluem os municípios destaque para:

**Criação do Comitê Gestor (CG) do IBS:** terá participação de representantes dos Municípios, que poderão eleger seus integrantes de forma temporária até a aprovação de outro projeto (PLP 108/2024), em discussão no Senado.

**Mudança da tributação da origem para o destino:** o local do consumo passa a ser reconhecido como ponto de arrecadação do IBS, com potencial impacto na receita dos entes municipais.

**Preservação da autonomia:** incluem-se critérios de distribuição de cotas do IBS pertencentes aos Municípios e participação no processo de fiscalização.

A CNM e a APM continuarão trabalhando em grupos técnicos e realizando ações de orientação aos gestores locais para facilitar a adaptação às mudanças, inclusive por meio de discussões sobre a regulamentação total da Reforma.

## O que o prefeito deve observar

### 1. Transição até 2027

:: Adequar gradualmente a legislação municipal, sistemas de arrecadação e procedimentos internos para o IBS.

:: Acompanhar as regras de instituição e funcionamento do Comitê Gestor (CG) do IBS.

### 2. Participação nas instâncias de decisão

:: Verificar como se dará o processo de eleição dos representantes municipais no Comitê Gestor do IBS.

:: Acompanhar o desenrolar do PLP 108/2024, que pode afetar de forma definitiva a representatividade dos Municípios na governança do novo tributo.

### 3. Alterações na distribuição de receitas

:: Atentar-se para as mudanças na origem e destino, principalmente se o Município depende de atividades econômicas não necessariamente ligadas ao consumo local.

:: Avaliar com equipes técnicas qual será o impacto na arrecadação municipal e quais estratégias podem minimizar eventuais perdas ou fortalecer ganhos.

### 4. Continuidade do diálogo

:: Manter contato com associações municipalistas, como a CNM e a APM, a fim de obter orientações atualizadas.

:: Participar de capacitações e buscar materiais explicativos que auxiliem na transição para o novo sistema tributário.

## Próximos passos

Mesmo com a sanção da LC 214/2025, outros pontos ainda dependem de regulamentação adicional. A Emenda Constitucional 132/2023 prevê diversas etapas, inclusive novos projetos de lei (como o PLP 108/2024) em análise no Senado, que podem detalhar e consolidar a participação dos Municípios no Comitê Gestor do IBS, além de outras regras operacionais. A Associação Paulista de Municípios seguirá acompanhando o processo e atuando para que as demandas municipais sejam atendidas.



No dia 27 de outubro, em Araraquara, a APM também se fez presente no debate promovido pelo Consórcio Intermunicipal da Região Central do Estado de São Paulo (Concen) sobre a Reforma Tributária



## Municípios brasileiros se preparam para cumprir leis que restringem uso de celulares em sala de aula

**C**om a recente aprovação de leis federais e estaduais que restringem o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos nas escolas, prefeitos e secretários municipais de Educação de todo o país iniciam debates sobre como adaptar as redes de ensino para atender às novas regras. A medida é vista como uma forma de proteger a saúde mental de crianças e adolescentes, além de incentivar a

concentração nos conteúdos pedagógicos. Ainda assim, especialistas, docentes e representantes estudantis destacam a necessidade de planejamento cuidadoso e de políticas de suporte para que a norma seja realmente eficaz em cada município.

### O que diz a legislação

No âmbito federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancio-

nou, em janeiro de 2025, a Lei Federal nº 15.100/2025 que proíbe o uso de celulares durante as aulas e intervalos em escolas públicas e privadas de educação básica. A norma, que vinha tramitando no Congresso Nacional desde 2015, prevê exceções para fins pedagógicos, acessibilidade e condições de saúde. Paralelamente, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou a Lei Estadual nº 18.058/2024, no final do ano



passado, que amplia as restrições para tablets, relógios inteligentes e outros aparelhos do gênero.

Com isso, as redes municipais de ensino em todo o país precisarão adequar seus regimentos e sistemas de armazenamento de celulares. O objetivo é garantir tanto o cumprimento da lei quanto a segurança dos equipamentos dos alunos, além de não inviabilizar usos pedagógicos que possam agregar valor ao processo de ensino-aprendizagem.

### Desafios para a gestão municipal

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno

Araújo, a falta de infraestrutura nas escolas públicas representa um desafio significativo, inclusive no que se refere a guardar os aparelhos de forma segura. “Há municípios cujos prédios escolares não contam com armários adequados ou sistemas que permitam o recolhimento e a devolução dos celulares de maneira organizada”, adverte.

Outro ponto crítico é o treinamento dos professores. Para que o uso pedagógico dos smartphones seja preservado, as secretarias municipais de Educação terão de promover formações específicas, ajudando docentes a integrar a tecnologia de modo inteligente às aulas. Caso contrário, o risco é que a proibição absoluta leve à perda

de uma ferramenta que, se bem orientada, pode enriquecer o conteúdo didático.

### Casos práticos e impactos locais

O município do Rio de Janeiro, por exemplo, já aplica restrições há mais de um ano, exigindo que celulares fiquem guardados e só possam ser usados com autorização do professor. A medida, segundo o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SinproRio), pode favorecer a socialização dos alunos no recreio e reduzir distrações. Ainda assim, existe a preocupação de não sobrecarregar os professores, que passam a acumular a função de “vigias” do uso de celulares.



## **Governo de São Paulo define regras e orientações sobre o uso de celulares nas escolas**

Unidades devem criar estratégias para desencorajar o uso de dispositivos eletrônicos durante o período escolar; psicólogos vão apoiar estudantes na adaptação das novas medidas

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) elaborou um documento, em conjunto o Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar – CONVIVA SP, para orientar as ações das unidades de ensino sobre o uso de celulares nas escolas. Entre os itens enumerados no material estão sugestões de armazenamento dos aparelhos, incentivo a campanhas educativas e de conscientização com estudantes e comunidade escolar e medidas disciplinares em caso de descumprimento das regras.

### **Ações imediatas e medidas disciplinares**

De acordo com o documento, as unidades devem adotar um plano de ação para desencorajar o uso dos celulares e divulgar as novas regras já a partir do primeiro dia de aulas. A principal delas é o veto ao uso de aparelhos eletrônicos além das aulas, mas também nos intervalos, recreios e atividades extracurriculares.

Caso o estudante opte por levar o celular ou outro dispositivo, a escola deve mantê-los em local inacessível, como armários ou caixas. As unidades devem informar aos pais e responsáveis, no entanto, que a escola não se responsabilizará por eventuais ex-

travios ou danos ao equipamento. O uso dos dispositivos eletrônicos será permitido quando houver necessidade pedagógica, condições de saúde específicas e em casos de acessibilidade, sempre com a devida justificativa e orientação do professor. Nesses episódios, as notificações dos aparelhos e serviços não relacionados à atividade devem estar desativadas a fim de garantir o fluxo de aprendizagem sem interrupções.

### **Descumprimento e reincidências**

Em caso de descumprimento das normas, a Seduc-SP elaborou uma série de medidas a ser adotada pela direção da escola. Na reincidência, o estudante será encaminhado para uma conversa com a direção. Caso o comportamento persista, a equipe gestora convocará os pais ou responsáveis para uma reunião.

### **Apoio psicossocial e acompanhamento contínuo**

Para garantir a implementação das novas normas, a Seduc-SP recomenda que as escolas promovam campanhas educativas e ações de conscientização. Entre as iniciativas, destacam-se o envolvimento de pais e responsáveis em ações de sensibilização e conscientização, palestras com especialistas em saúde mental, rodas de conversa e materiais educativos, como cartazes e vídeos, que devem explicar sobre os impactos do uso excessivo de dispositivos digitais.

Diante da possível dependência de dispositivos eletrônicos, será disponibilizado aos alunos su-

porte psicossocial, com acompanhamento de psicólogos e apoio à adaptação dos estudantes ao novo regramento.

“É fundamental que a mudança não seja apenas uma imposição de regras, mas uma oportunidade de reflexão e aprendizado sobre o uso saudável da tecnologia. Por isso, é importante que pais, responsáveis e grêmios estudantis participem deste momento de transição e apoiem crianças e jovens”, reforça Renato Feder.

Prefeitos e secretários de Educação de cada município precisarão elaborar protocolos de cumprimento da nova lei estadual, que podem ter por base, as medidas que valerão para as escolas municipais. Esses protocolos tendem a padronizar o momento de recolhimento e devolução dos celulares, bem como a forma de usá-los em atividades pedagógicas. O desafio adicional recai sobre escolas menores, que não contam com equipes de coordenação numerosas e precisarão planejar rotinas muito bem definidas para evitar transtornos.



# XXVI 19 a 22 de maio de 2025 MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

## CNM abre inscrições para a XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

*Evento acontece entre os dias 19 e 22 de maio*

Já estão abertas as inscrições para a XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Considerada a maior mobilização municipalista da América Latina, a Marcha será realizada entre os dias 19 e 22 de maio no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília. O evento, que reúne milhares de prefeitos(as), vereadores(as) e gestores(as) de todo o país, é um marco no calendário político nacional, promovendo discussões sobre as demandas dos municípios diretamente com o presidente da República, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ministros e demais parlamentares.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, reforçou a relevância do evento para o avanço das pautas municipalistas. “A Marcha é um momento único para estarmos unidos e lutarmos pelos interesses

dos municípios. Essa união tem garantido conquistas históricas que só são possíveis com a presença maciça dos gestores municipais na capital federal”, destacou.

### Benefícios e inscrições

As prefeituras filiadas à CNM e com contribuições em dia estão isentas do pagamento da taxa de inscrição, incentivando uma participação ampla e representativa. Para outros gestores, os valores das inscrições variam conforme o cargo e a data de registro, e todas as informações estão disponíveis no portal oficial do evento. No site, também é possível encontrar respostas para dúvidas frequentes sobre a programação e logística da Marcha.

Além de fortalecer as demandas dos municípios, o evento oferece um espaço para troca de experiências entre gestores, palestras técnicas, painéis com especialistas e discussões sobre temas de gran-

de relevância, como a distribuição de receitas, a reforma tributária, a saúde, a educação e a sustentabilidade financeira das cidades.

### A importância da Marcha para os municípios paulistas

A Associação Paulista de Municípios (APM) reforça a importância da Marcha como uma oportunidade indispensável para os gestores municipais. Fred Guidoni, presidente da APM, destacou o impacto do evento para os municípios de São Paulo e para o fortalecimento do municipalismo.

“A Marcha a Brasília é o maior palco de diálogo e articulação política do Brasil para os gestores municipais. É ali que unimos forças para defender pautas fundamentais, como uma distribuição mais justa de receitas e a reforma tributária, que são essenciais para o desenvolvimento dos municípios paulistas e do país. A presença dos prefeitos e prefeitas é um recado claro de que os municípios estão unidos e atentos às suas demandas. Não é apenas um evento, é o futuro das cidades que está em jogo”, afirmou Guidoni.

Fred Guidoni também ressaltou que a participação ativa dos gestores é crucial para garantir que os municípios tenham voz nas decisões nacionais. “Quanto maior for a nossa presença, maior será a pressão para que as mudanças necessárias sejam feitas. A Marcha é uma oportunidade de fazer as vozes dos municípios ecoarem nos corredores do poder, mostrando que governar o Brasil passa, necessariamente, por fortalecer os municípios”, acrescentou o presidente da APM.



## VOTAÇÃO ELETRÔNICA



# Sistema de votação eletrônica faz as eleições da APM ter recorde de participação

**G**arantir que todos os membros de uma associação possam participar ativamente de decisões importantes é fundamental para fortalecer a governança e promover a confiança. O voto online, como ferramenta de suporte a esses processos, combina simplicidade, acessibilidade e segurança, possibilitando que assembleias e eleições sejam realizadas com máxima eficiência e representatividade.

A eleição da presidência da Associação Paulista de Municípios (APM) para o quadriênio 2025-2028 é um exemplo de como o voto online pode ser uma solução prática e eficaz. Com o uso da plataforma Eligo, foi possível integrar participantes presenciais e remotos em um único processo, garantindo que todos tivessem igual oportunidade de votar. O formato híbrido mostrou-se uma escolha ideal, permitindo que eleitores presentes no local do evento e aqueles conectados

remotamente pudessem participar de forma simples e segura.

A segurança é um dos pilares mais importantes do voto online, e a plataforma Eligo oferece uma série de medidas para proteger a integridade do processo. Com criptografia avançada, autenticação multifator e anonimato garantido, cada voto é registrado de maneira segura, sem que a privacidade do eleitor seja comprometida. Além disso, a auditabilidade completa do sistema permite que todas as etapas do processo sejam verificadas, promovendo transparência e confiança.

Outro aspecto essencial do voto online é sua capacidade de aumentar a participação dos membros, eliminando barreiras como deslocamento ou incompatibilidade de horários. No caso da APM, a adesão significativa dos participantes reflete a eficiência de uma plataforma que permite a conexão de qualquer dispositivo, seja

um smartphone, tablet ou computador. Isso garante que todos possam contribuir para as decisões, independentemente de onde estejam.

A eficiência operacional também é um destaque do voto online. Processos como o envio de credenciais, registro de votos e tabulação de resultados são automatizados, reduzindo o tempo e os custos associados às eleições tradicionais. Com a Eligo, os resultados são disponibilizados imediatamente após o encerramento do processo, acompanhados de relatórios assinados digitalmente e marcados temporalmente, garantindo conformidade legal e praticidade.

Além de promover eficiência e segurança, o voto online também é uma solução sustentável. A eliminação de papel e a redução da necessidade de deslocamentos refletem um compromisso com práticas mais responsáveis, alinhadas às demandas por processos mais modernos e ecológicos.

A experiência da APM demonstra que o voto online não é apenas uma ferramenta prática, mas também uma oportunidade de fortalecer a governança e promover uma participação ativa e representativa. Com plataformas como a Eligo, associações podem conduzir seus processos decisórios de forma confiável e inclusiva, atendendo às necessidades de todos os membros e estabelecendo um modelo de excelência para o futuro.



**Irene Pugliatti**  
CEO da EligoVoto



# Usp lança curso EAD de Planejamento e Gestão de Cidades

**E**m um cenário onde o planejamento urbano é essencial para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida, a USP apresenta o curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades, oferecido pelo Programa de Educação Continuada em Engenharia (PECE) da Escola Politécnica. Disponível na modalidade online (EAD/Síncrono), o curso é acessível para alunos de todo o Brasil, permitindo a formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios das cidades contemporâneas.

Com uma abordagem inovadora, o curso é estruturado em 12 disciplinas que abrangem temas como planejamento urbano, mobilidade, habitação, economia, direito urbanístico, governança e cidades inteligentes. A ênfase em critérios ESG (Environmental, Social, and Governance) e o uso de tecnologias avançadas tornam essa formação um diferencial competitivo no mercado. O corpo docente é formado por professores da USP e especialistas renomados, assegurando excelência acadêmica e prática.

Além do conhecimento técnico, o curso promove uma rede de contatos valiosa e prepara os participantes para atuar em gestão pública, consultoria, ONGs e setor privado. As aulas ao vivo favorecem a interação e o aprendizado colaborativo, enquanto os trabalhos finais frequentemente resultam

**USPCIDADES**

PECE Programa de Educação Continuada Escola Politécnica da USP

USP Universidade de São Paulo

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES**

EAD / SÍNCRONO

Início : 18/02/2025  
3ª e 5ª feiras : 19h30 até 22h30  
Carga Horária : 420 horas  
Duração : 24 meses

FAÇA SUA PRÉ-INScrição E SAIBA MAIS

em políticas públicas inovadoras já aplicadas.

Com início previsto para fevereiro de 2025, a especialização é uma oportunidade única para transformar o futuro das cidades brasileiras por meio de uma formação de alta qualidade.

## Inscrições e informações:

**Início: 18/02/2025**  
**Duração: 24 meses**  
**Formato: Online (EAD/Síncrono)**

**Informações e inscrições:**  
**[sites.usp.br/uspcidades](https://sites.usp.br/uspcidades)**



# O Desafio do Saneamento Básico para os Gestores Municipais

O setor de Saneamento Básico, em função das discussões pretéreas a publicação da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020, chamada de Novo Marco Legal do Saneamento, propiciou que os holofotes fossem voltados para este setor, impulsionando o mesmo a se tornar destaque no setor de infraestruturas.

Este artigo destaca a importância do saneamento para a população, e os desafios que os novos gestores enfrentarão para atender as metas legais.

## Introdução

De uma reação química em que haja os elementos hidrogênio e oxigênio sendo liberados, um dos produtos resultantes é o que os Químicos, representam pro  $H_2O$ , e denominam de Água. Simples se assim fosse este mecanismo possível de produzir água, porém a realidade é outra e muito mais complexa.

A natureza é que tem como um dos seus elementos a água, e desde o surgimento da nossa espé-

cie, esta vem nos dando o suporte necessário para que possamos sobreviver, tornando-se um dos fatores mais importantes para o nosso desenvolvimento social e econômico.

Através dos séculos esse recurso natural era abundante e propício ao consumo humano e demais usos, sem lhe trazer impactos negativos em seu bem estar.

O cuidado que deveríamos ter dedicado a sua preservação e manutenção da qualidade foi paulatina-



mente sendo relegado, o que levou ao surgimento de epidemias, na perda da salubridade nas cidades devido a impactos causados pelos efluentes gerados pelos seres humanos lançados nas vias de circulação e junto as moradias, e também os cursos de água.

Começamos a despertar para a necessidade de sanearmos nossas cidades, de modo mais científico, mais intensamente a partir da segunda metade do século 19, com o início da coleta destes dejetos, seu tratamento e proteção das águas superficiais.

O crescimento econômico associado a revolução industrial teve um ritmo bastante acelerado no final do século 19 e se alastrando pelo século 20, trazendo muitos benefícios e resultando também no crescimento da população mundial, porém não foi acompanhado pelo saneamento básico, gerando as-

sim passivos que impactaram em muito a qualidade de vida de boa parte da população e do meio ambiente. Este vetor de crescimento acabou por beneficiar apenas uma parcela da população que se beneficiou da disponibilização de água tratada e serviços de esgotamento sanitário, e ainda vem se alastrando no século atual.

## A preservação do nosso ambiente

Na década de 70 (setenta) do século passado, nasce o embrião que se fortaleceu nos últimos anos daquele século, cresceu e tem sido temas de discussões, debates e ações neste século 21. Este embrião pode ser nomeado de Proteção e Preservação do nosso Meio Ambiente.

Ao redor do globo, com mais intensidade em países do chamado primeiro mundo, porém se lastrando

também nos países em desenvolvimento e terceiro mundo, muitas ações tem sido implementadas e dentre estas podemos destacar às referentes ao setor de saneamento básico, visando a preservação das águas superficiais e subterrâneas com a busca de sua preservação e fortemente de sua qualidade, em particular com tratamento dos efluentes domésticos e dos resíduos sólidos.

Este fato é tão significativo que nos faz destacar ações da Organização da Nações Unidas - ONU, que redundaram na publicação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Importante salientar que meta é:

## Erradicar a pobreza - Combater a desigualdade e injustiça - Combater as mudanças climáticas

A figura abaixo apresenta os 17 Objetivos





## SANEAMENTO BÁSICO

Destes ODS destacamos aqueles que diretamente estão relacionados com o Saneamento Básico:

**Saúde e Bem Estar**  
**Água Potável e Saneamento**  
**Cidades e Comunidades Sustentáveis**  
**Ação contra Mudança Global do Clima**  
**Vida na Água**  
**Consumo e Produção Responsável.**

Estes 17 ODS devem ser internalizados por cada um de nós; pois a partir das nossas ações individuais e coletivas é que poderão ser alcançados.

### O Saneamento Básico no Brasil e no Estado de São Paulo

A ONU publicou em outubro de 2022 relatório aonde destaca que ainda um quarto da população mundial ainda não dispõe de água tratada, e 43% (quarenta e três por

cento) não tem acesso a serviços adequados de saneamento básico.

Os dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) indicam que no ano de 2022 98,4% (noventa e oito ponto quatro por cento) da população do estado de São Paulo dispõe de serviços de água tratada, mas apenas 69,2% (sessenta e nove ponto dois por cento) recebem o serviço de esgoto coletado e tratado com estrutura adequada, ou seja ainda temos um volume significativo de esgotos coletados que são lançados em corpos de água, impactando no aumento de sua poluição.

O Relatório “Estudo de Perdas de Água do Instituto Trata Brasil elaborado pela GO Associados, publicado em 2022 e tendo como base os valores de referência do SNIS 2020, apresenta os números, preocupantes conforme

Os dados disponibilizados indicam que ainda temos um longo e difícil caminho a percorrer para redução dos índices constantes da tabela acima.

Importante destacar a questão dos Resíduos Sólidos no estado de São Paulo, que está retratado no inventário realizado pela CETESB tendo como referência o ano de 2023.

Dos 645 municípios, temos que 604 dispunham seus resíduos de forma adequada, em 302 aterros sanitários dos quais 37 são privados, porém recebem 60,6% do total gerado.

Cabe destacar que 9 (nove) municípios utilizam aterros em outras unidades da federação.

Quanto a qualidade dos aterros, 32 (trinta e dois) municípios foram enquadrados como inadequados, ou por esgotamento de sua via útil ou por interdição.

Tabela 1  
Índice de Perdas

	<b>Brasil</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Menor Índice no Brasil</b>
<b>Índice de Perdas no Faturamento (%)</b>	40.89	29.35	21.89
<b>Índice de Perdas na Distribuição (%)</b>	40.14	34.99	27.66
<b>Perdas Volumétricas (L/Lig/Dia)</b>	343	298	142



Quanto ao quesito transbordo foram constatados 125 estações oriundas de coleta pública, sendo 83 (oitenta e três) considerados adequados.

A CETESB possui indicadores que qualifica a disposição dos resíduos, sendo que para valores até 7,0 (sete) as condições são inadequadas e entre 7,1 e 10 (sete ponto 1 e dez) as condições são adequadas. A Tabela 2 abaixo indica os valores médios dos índices de qualidade do aterro (IQR) e da Compostagem (IQT)

Índice	Valor Médio	Municípios Inadequados
IQR	8,9	32
IQT	7,3	48

O grande desafio será manter ou até melhorar a disposição dos resíduos sólidos e melhorar a qualidade do transbordo.

Os gestores Municipais e o Saneamento Básico

Publicada em 15 de julho de 2020, a Lei Federal 14.026 alterou Lei 11.445/2007 que regia o setor de Saneamento Básico, adequando a uma nova realidade, e que passou a ser denominada o Novo Marco Legal do Saneamento.

Em seu artigo 3º define como saneamento básico o conjunto de infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e o manejo dos resíduos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Tem o Novo Marco a premissa fundamental de universalização

do acesso e efetiva prestação dos serviços, a conservação dos recursos naturais, a redução e o controle de perdas e a racionalização do consumo. Mantém o Novo Marco a titularidade dos serviços de interesse local como sendo dos Municípios e no caso de interesse compartilhado é dividida a titularidade com o Estado.

Até aqui já se percebe o desafio dos gestores municipais, porém continua o Marco com a imposição de se elaborar o Plano Municipal e Saneamento Básico que deve ser

sempre atualizado. O serviço pode ser prestado diretamente pelo Município ou pode ser concedido; via licitação, a outro agente que deve assinar um contrato de prestação dos serviços. Neste caso deve definir o agente regulador e fiscalizador.

O desafio maior são as metas impostas de atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e 90% (noventa por cento) com coleta e tratamento de esgotos, até a data de 31 de dezembro de 2033, além da obrigatoriedade de redução de intermitências no abastecimento e na redução de perdas de faturamento e na distribuição.

O Gestor deve conhecer e se familiarizar com as Leis Federais 8987/1995, 11.078/2004 e 14.133/2021, respectivamente Lei de Concessões, Participação Público Privada e de Licitações e Contratações, visto que serão o seu Norte para conseguir atingir as metas instituídas.

Sem dúvida é um desafio de uma grandiosidade pois só no que se refere ao Saneamento, as exigências dos controles regulatórios, a obrigação de atingimento de padrão de qualidade da prestação dos serviços, a definição do adequada valor da tarifa; que deve cobrir custos e remunerar os ativos e cobrir os financiamentos, e a regras imposta pela Lei 14.133/2021, obrigará estes gestores a escolher profissionais que lhe darão suporte na condução das coisas do Saneamento Básico, em particular nos quesitos técnicos.

Tecnologias estão à disposição para serem utilizadas tanto como ferramentas de gestão como para solução do tratamento de esgotos, no tratamento e disponibilização de água potável, como para controle e redução de perdas, sendo nesta última importante se destacar a existência de tecnologias não destrutivas que não impactam o meio antrópico, e reduzem significativamente os volumes perdidos na distribuição, e muitas vezes evitam a necessidade de substituir redes existentes.



**Silvio Leifert**, Engenheiro Civil e MBA em Gestão de Projetos. [silvio.leifert@gmail.com](mailto:silvio.leifert@gmail.com) - Engenheiro da Sabesp de 1978 a 2020, Superintendente Empreendimentos de 1996 a 2020 - CEO Sygha Consultoria e Engenharia Ltda.





# É hora de desarmar os palanques

**A**ssumir o governo de um município é uma tarefa de imensa responsabilidade. Os prefeitos e prefeitas que iniciaram seus mandatos em 1º de janeiro têm diante de si o desafio de não apenas cumprir as promessas feitas durante a campanha, mas de fazê-lo com eficiência, respeito à lei e profundo compromisso com seus concidadãos. Trata-se, portanto, de um momento que, além de inaugurar uma nova fase política, exige pla-

nejamento estratégico, transparência e continuidade administrativa.

A nova gestão deve se pautar, antes de tudo, pela análise cuidadosa da realidade local. O primeiro passo para qualquer prefeito que almeja alcançar resultados concretos é compreender detalhadamente a situação da cidade sob seu governo. Isso significa avaliar as finanças, entender os contratos vigentes, identificar obras em an-

damento e examinar projetos que já estão em execução. Tal levantamento constitui, mais do que uma obrigação, uma oportunidade de construir as bases de uma gestão sólida e bem fundamentada.

Embora a alternância de poder seja um dos princípios basilares da democracia, o novo governo não deve suspender ações e serviços essenciais da prefeitura. A continuidade de programas sociais, melhorias em infraestrutura e atendimen-



tes da população, mas também com uma visão de longo prazo. Isso inclui fomentar o desenvolvimento econômico, criar condições para geração de emprego, estimular o empreendedorismo e promover políticas inclusivas capazes de reduzir as desigualdades.

A transparência deve estar no centro de todas as ações governamentais. O acesso público às informações financeiras, administrativas e operacionais não é apenas uma exigência legal, mas um compromisso moral com os contribuintes. Cidadãos que compreendem como os recursos são aplicados tendem a participar mais ativamente das decisões coletivas e a apoiar iniciativas que promovam o bem-estar comum.

Outro aspecto capital da gestão pública é a capacidade de promover diálogo e participação popular. A população precisa ser envolvida nas decisões que impactam diretamente sua vida. Seja por meio de audiências públicas, consultas ou fóruns de debate, essa interação fortalece a democracia e faz com que as políticas que venham a ser implementadas sejam mais representativas e plurais.

Os novos mandatários também não podem deixar de lado a responsabilidade ambiental, possivelmente a questão mais importante dos tempos atuais. Eles têm a oportunidade de transformar suas cidades em exemplos de sustentabilidade, implementando práticas que protejam o meio ambiente e promovam a qualidade de vida. Investir em mobilidade urbana sustentável, preservação de recursos naturais e energias renováveis são decisões que garantem não apenas benefícios imediatos,

mas um legado para as gerações vindouras.

Por fim, há ainda que se dar atenção à cultura, implementar políticas de inclusão de pessoas com deficiência e promover a valorização dos servidores municipais. Como se vê, desafios não faltam.

Apesar da extensa lista de obrigações, muitos prefeitos, nestas primeiras semanas de mandato, parecem estar mais preocupados em fazer alarde de problemas e dívidas que herdaram do antecessor, como se ainda estivessem em campanha. Se eventuais ilegalidades devem, por óbvio, ser denunciadas aos órgãos de controle e fiscalização, as deficiências municipais encontradas precisam ser encaradas de frente e resolvidas com presteza. Como sempre dizemos no tribunal de contas, quem foi eleito, foi eleito para consertar eventuais falhas da administração passada. O tempo das eleições terminou; a população, agora, espera trabalho. É hora de desarmar os palanques e governar. Afinal, 2028 está logo ali na esquina.

to nas áreas de saúde e educação devem ser prioridade. A população não pode ser prejudicada por demagogias ou rixas políticas. Além disso, é necessário concluir as licitações em andamento e honrar os contratos iniciados na gestão anterior, a não ser nos casos em que a interrupção se mostre imprescindível para preservar o interesse público.

Entretanto, exercer o cargo com responsabilidade vai muito além de manter aquilo que já existe. É fundamental atuar com inovação e planejamento para transformar a realidade local. Prefeitos precisam construir planos concretos, alinhados com as demandas mais urgen-



**Dimas Ramalho**

*é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.*





# Mototaxi em São Paulo A falsa polêmica

**C**om início do aplicativo para intermediação de corridas por mototáxi em São Paulo, está ocorrendo uma polêmica equivocada, provocada pela empresa do aplicativo, que confunde a opinião pública e que leva os motociclistas e caronas a correrem riscos e cometerem irregularidades, sendo necessário que se coloque as coisas nos seus devidos lugares.

A empresa de aplicativo vem usando, de forma equivocada, o argumento de que sua atividade se apoia na legislação federal, e cita a Lei 12.640/2018, que altera a Lei 12.587/2012, da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ao contrário do que alega a empresa de aplicativo, a lei federal permite aos municípios e ao Distrito Federal autorizar o funcionamento dos

serviços de mototáxi mediante regulamentação, como se observa no artigo 11-A. Ainda, o parágrafo único desse artigo, como também o artigo 11-B, afim de garantir a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço, prescrevem um conjunto exigências aos prestadores deste tipo de serviço nos municípios que optarem pela regulamentação. Acrescente-se que, no âmbito do Código de Trânsito Brasileiro, há também outras exigências que foram regulamentadas pela Resolução CONTRAN nº 943, de 28 de março de 2022.

### **A polêmica é falsa, portanto.**

O aplicativo quer confundir a opinião pública com a alegação de

que a lei não a impede de realizar sua atividade de intermediação de corridas de aluguel. Não se trata de discutir a existência do aplicativo, uma vez que o Supremo já opinou sobre esse assunto, e não proíbe que se realize a intermediação, sob a tese de que não se pode violar aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. Ocorre que na ausência da regulamentação da prestação do serviço pelo poder público, a empresa do aplicativo não poderia cadastrar profissionais para realizarem essa atividade, visto inexistir regulamentação autorizando o serviço.

Ao contrário, em São Paulo, por decreto municipal, há a proibição da prestação deste tipo de serviço. Deixemos de lado, momentaneamente, a discussão da intermedia-



damental para o equilíbrio do veículo em circulação). Como refere o Código de Trânsito Brasileiro, a população tem direito a um trânsito seguro, e é dever do poder público garantir este direito. As práticas irregulares devem ser coibidas, cabendo à prefeitura o exercício da fiscalização.

A estatística nacional de mortes no trânsito por motocicleta vem crescendo, ao contrário das mortes em geral. Segundo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, em 10 anos a taxa de internações de motociclistas por lesões no trânsito cresceu 56%. Além do número crescente envolvendo os condutores desse tipo de veículo, estatística do INFOSIGA, do Estado de São Paulo, de 2022, indica que do total de mortes, 9% foi do carona. Assim, admitir um serviço que vai acrescentar risco requer, portanto, estudos e cautela do poder público, que, ao final e ao cabo, é responsável pela segurança no trânsito e, ainda, pela maior parte dos custos de atendimento hospitalar de acidentados.

O serviço remunerado de transporte de passageiros por motocicleta se beneficia das condições ruins do tráfego nas ruas das cidades brasileiras e da lentidão dos ônibus urbanos em decorrência deste tráfego, especialmente na cidade de São Paulo. Como forma de pressão ao poder público, a empresa do aplicativo usa o processo de sedução de motociclistas (renda extra) e do interesse do passageiro de se livrar do congestionamento. É isso que deveria ser o centro da discussão, o das condições de mobilidade da cidade. Enquanto não houver políticas de melhoria do transporte público – ampliação de corredores exclusivos e de faixas exclusi-

vas de ônibus – para melhorar a fluidez do transporte público e reduzir tempos de viagem para a população – e no caso de São Paulo, a ampliação da rede metroviária, a pressão para atividades do tipo mototáxi irá continuar.

Ao abdicar deste mister, fechar os olhos e admitir “válvulas de escape” como a do mototáxi, um aparente conforto político, o prefeito estará incorrendo em dois grandes erros: estará facilitando a existência de meios predatórios que irão propiciar a redução de passageiros no transporte público, com impacto de receita e consequentemente na tarifa pública e em mais subsídio público, e, ao mesmo tempo, estará promovendo aumento na taxa de acidentalidade e mortes no trânsito, e, com isso ampliação de custos hospitalares.

O cidadão comum pode legitimamente desejar um serviço como o de mototáxi, mas nem tudo que ele deseja pode ser bom coletivamente para a sociedade.

ção do serviço por um aplicativo. Mesmo que o processo de “contratação” do serviço pelo cliente fosse feito sem um aplicativo, por exemplo, por um telefone particular do motociclista, uma central telefônica, ou mesmo com o simples abano de mão na rua, este serviço de transporte de passageiros não poderia ser remunerado sem uma regulamentação do poder público.

É fundamental ressaltar que o transporte remunerado de passageiros por motocicleta importa em riscos adicionais ao já crítico nível de acidentalidade da motocicleta, ao transportar de forma mais frequente pessoas que não sabem dos riscos a que estão sujeitas e que também não sabem se comportar como caronas de motocicleta (esse conhecimento é fun-



### **Luiz Carlos Néspoli (Branco)**

*Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP. Atualmente, é superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e autor do livro Metrôpole de São Paulo 1967 – 2017: 50 anos em busca da autoridade metropolitana*





# Novo presidente do CICAP contará com Governança Regional consolidada no Circuito das Águas

**E**m dezembro de 2024 os prefeitos eleitos dos nove municípios que integram o Consórcio Intermunicipal do Circuito das Águas – CICAP se reuniram e escolheram Luciano Lopes (Lindóia) para liderar o órgão no biênio 2025-2026. Ele assume a presidência do consórcio formado

por Águas de Lindóia, Amparo, Horelândia, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro, herdando conquistas significativas no mandato anterior, como a consolidação da Agência Líder de Desenvolvimento do Circuito das Águas Paulista – ADECAP.

A ADECAP é composta por representantes do poder público, empreendedores e sociedade civil, que ao compor um colegiado institucionalizado no sistema de Governança Regional do CICAP permite o acesso a uma série de recursos federais. A pedido de Guilherme Afif Domingos, ela é resultado no

Projeto Líder (SEBRAE), iniciado 2019, que resultou no lançamento da Agência no final de 2022. Entre 2023 e 2024 os alinhamentos iniciais entre ela e o consórcio já renderam frutos substanciais para a região.

Além de proporcionar a participação da sociedade na Governança, articulou junto ao CICAP o reconhecimento das Indicações Geográficas (IG's) do café e da cachaça e viabilizou aos empreendimentos locais da cadeia turística obterem o Cadastur, do Ministério do Turismo. Mais recentemente, esta parceria lançou o Selo Qualitur, para a qualificação de produtos e serviços locais.

É importante frisar que a ADE-CAP se propõe a algo bem além de ações pontuais, assumindo como missão o planejamento do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região. Com representantes do poder público, iniciativa privada e terceiro setor, busca uma estratégia de desenvolvimento pautada em quatro eixos: viver, pautado na qualidade de vida; trabalhar, que visa oportunidades de renda; visitar, para qualificação da oferta turística e; investir, apontando investimentos necessários.

Quando um consórcio público voltado para uma cadeia de valor diversificada como a do turismo passa a contar com a participação das partes envolvidas, de funcionários até fornecedores de insumos e produtos locais, consegue um engajamento que otimiza o desenvolvimento em suas mais variadas dimensões. Começando com esta arranjo institucional já azeitado, certamente a região irá se desenvolver ainda mais.



**Marcos Rehder Batista**  
sociólogo, pesquisador no CEAPG (EAESP-FGV) e no CPTEn (FEEC-Unicamp)





## Educação antirracista: após 20 anos de lei, sua implementação ainda é um desafio

**E**m 9 de janeiro de 2024, a Lei 10.639/03 completou 21 anos. Essa legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica, buscando valorizar a diversidade étnico-racial e combater o racismo. Ela reconhece a importância da história e cultura afro-brasileira, integrando esses conteúdos à grade curricular do ensino regular em disciplinas como história, literatura, artes e geografia, desde a educação infantil até o ensino médio.

No dia 17 de junho de 2024, o Brasil celebrou 20 anos da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que surgiram a partir da Lei 10.639/03. Em 14 de maio de 2024 o Ministério da Educação publicou no Diário Oficial, a Portaria que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ, sendo uma ferramenta fundamental para uma educação integradora,

com equidade e respeito a diversidade étnico-racial. Reforçando a importância das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na construção por uma educação antirracista e a formação contínua dos profissionais da área educacional.

No entanto, mesmo após duas décadas de sua publicação, especialistas e educadores apontam que a efetivação dessa legislação ainda é insuficiente em muitas regiões do Brasil. A promessa de uma educação verdadeiramente antirracista continua distante da realidade

de grande parte das escolas públicas e privadas.

### Desafios na Implementação

Vários fatores dificultam a implementação dessas diretrizes. Entre eles, destacam-se a resistência cultural e institucional, a forma do ensino eurocêntrico das escolas e a escassez de materiais paradidáticos. Alguns gestores escolares e educadores ainda veem a educação antirracista como um tema secundário, dificultando sua plena implementação. Essa resistência é frequentemente enraizada em preconceitos e na falta de uma visão ampla sobre a importância de discutir a questão racial no ambiente escolar.

**“Em uma sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”**  
Angela Davis

Além disso, muitos docentes relatam que, durante sua formação, não foram preparados para abordar de maneira crítica temas como a história da África, o racismo e a cultura afro-brasileira. Um estudo atestou que 87% dos educadores acham extremamente relevante trabalhar com uma educação antirracista, mas apenas 27% dos docentes analisados se sentem bem preparados para falar sobre o tema. Cerca de 47,68% dos professores entrevistados consideram que as escolas devem “criar um espaço de reflexão e análise das práticas pedagógicas”. - Dados divulgados pelo Jornal da USP. A escassez de materiais paradidáticos também dificulta a implementação. Embora

tenham ocorrido alguns avanços, como a inclusão de conteúdos sobre história africana em livros escolares, a presença desses temas muitas vezes ainda se limita ao dia 20 de novembro e, muitas vezes, é estereotipada.

### Progressos e Expectativas

Nos últimos anos, diversas iniciativas têm buscado fortalecer a implementação da educação antirracista, como a produção de materiais paradidáticos mais diversificados e programas de formação continuada para professores. Movimentos sociais e legislações educacionais desempenham um papel fundamental ao pressionar governos e instituições para o cumprimento da lei. O Tribunal de Contas fiscaliza e certifica se leis como a 10.639/2003 estão sendo cumpridas e passou a integrar o MMD-TC (Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas), assegurando que a aplicação de recursos públicos seja voltada para a educação, neste caso, a educação antirracista. Essa é uma das maneiras de implementar as ações previstas nas leis.

### Conheça: Edergênio Negreiros

Ao pesquisar obras e autores voltados à educação antirracista, encontramos Edergênio Negreiros. Ele é professor, escritor, formado em Pedagogia e Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), com pós-graduação lato sensu em Linguagem e Educação Escolar.

Edergênio é membro do Conselho de Ética em Pesquisa da UEG, mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias (UEG) e doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Além disso, é um dos autores dos livros da coleção Afro-

letramento, uma obra que aborda a educação antirracista de forma lúdica e representativa. Atualmente, ele está na Colômbia, onde realiza seu doutorado. Em uma de suas entrevistas, ao ser questionado sobre a resistência à aplicação da Lei nº 11.645 nas escolas, ele respondeu:

“Sim. Apesar da Lei nº 10.639 de 2003 e a 11.645 de 2008, nós estamos muito distantes da efetivação desses importantes instrumentos jurídicos na luta contra o racismo no Brasil.

Não acredito que haja resistência, mas acredito que haja desconhecimento. Além disso, falta formação continuada, uma vez que, na formação inicial, essa questão é pouco ou quase nunca levantada.”

A fala de Edergênio evidencia os desafios ainda presentes na implementação de uma educação verdadeiramente antirracista no Brasil. Sua perspectiva reforça a necessidade de ampliar o conhecimento e a formação continuada para que a legislação seja efetivamente aplicada, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e transformador.



### Danilo Mota

Formado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda - Formado em 2022. Atualmente trabalhando como Analista de Comunicação e Marketing na Editora Inteligência Educacional





# São Paulo à frente do 5G

**D**esde o lançamento do 5G no Brasil, em 2022, sua adoção avançou rapidamente. Segundo dados da Anatel, o País conta com 38,1 milhões de acessos, sendo quase um terço no Estado de São Paulo, que já soma 12,7 milhões de usuários conectados às novas redes. Essa nova tecnologia oferece muito mais capacidade e, por operar em frequências mais altas, exige a instalação de um número maior

de antenas. Estações Rádio Base (ERBs), que nas gerações anteriores ocupavam grandes espaços, agora se tornaram muito mais modernas e compactas e podem ser integradas à paisagem urbana. Além de torres e coberturas de edifícios, elas podem ser posicionadas em postes, fachadas de prédios e camufladas em estruturas existentes para reduzir zonas de sombra. No entanto, em cidades sem prédios, a instalação

de novas torres ainda é essencial para garantir uma cobertura contínua.

Para criar as condições para essa expansão, em 2015 foi sancionada a Lei Geral das Antenas que, entre outras definições, estabelece os critérios de licenciamento por parte dos municípios. Já a autorização para funcionamento dos equipamentos compete à Anatel, garantindo a segurança da popu-



gam à frente dessa revolução tecnológica, defendendo sua autonomia e responsabilidade pelo uso e ocupação do solo, com segurança jurídica para atração de investimentos em redes 5G. Qualquer barreira à instalação de novas torres e antenas representaria um retrocesso na expansão da tecnologia e na promoção do desenvolvimento econômico e da inclusão social impulsionados pela digitalização.



**Alcineu Villela** é Diretor de Relações Institucionais Regionais da Vivo. Com mais de 30 anos de experiência no setor de Telecomunicações, Alcineu tem passagens por empresas como Glenayre Electronics, Vésper, Oi, entre outras. Possui ampla experiência em gestão de equipes multidisciplinares, negociações institucionais e desenvolvimento de planos e estratégias junto aos poderes Executivos e Legislativos, assim como, participação em projetos de implantação de redes móveis, fibra óptica e 5G, além de iniciativas voltadas para cidades inteligentes. Formado em Engenharia Elétrica pela FEI e com MBA em Gestão de Projetos, também possui diversas certificações direcionadas para a inovação e transformação digital.

lação a partir de estritas normas internacionais.

Assim, a Lei Federal não basta e é necessária também a atualização das Leis Municipais para permitir a ampliação da cobertura 5G. Nesse quesito, nenhum outro Estado avançou tanto quanto São Paulo, que já ultrapassa 50% dos municípios com leis atualizadas, comparado a 15% no país, segundo dados da InvestSP.

Esse ambiente jurídico favorável foi decisivo para colocar o Estado na liderança do 5G. De acordo com a Anatel, das 34 mil ERBs insta-

ladas em todo o Brasil, quase 10 mil estão em São Paulo, levando cobertura 5G a 46% das cidades paulistas, muito acima da média nacional de 29%.

Com uma rede 5G robusta, as cidades se tornam mais inteligentes, digitalizando serviços públicos: ônibus monitorados em tempo real, segurança pública reforçada com câmeras e sensores e semáforos inteligentes para otimizar o trânsito, entre tantas outras aplicações em saúde, educação e muito mais.

É essencial que os municípios si-





# Segurança da Informação para o seu município

**L**idar diariamente com dados sensíveis dos cidadãos, como informações pessoais, financeiras e de saúde, além de documentos administrativos que são essenciais para o funcionamento da cidade de forma segura é um desafio para os gestores municipais. Isso, sobretudo, porque a crescente digitalização dos serviços públicos, com o consequente aumento de cadastros e bancos de dados digitais, gerou uma maior exposição dos dados públicos a ameaças como ataques cibernéticos, vazamentos de dados e fraudes, o que torna o tema de cibersegurança fundamental na concepção de qualquer projeto público. Proteger essas informações é crucial para garantir a privacidade dos cidadãos, a integridade dos serviços públicos e a confiança da população nos órgãos municipais. Além

disso, a segurança da informação contribui para a continuidade dos serviços, evitando interrupções que possam afetar a prestação de serviços básicos. Investir em boas práticas de segurança ajuda a reduzir riscos, proteger ativos e atender às regulamentações como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Marco Civil da Internet, promovendo um ambiente mais seguro e resiliente para a administração pública e a proteção dos recursos municipais. Dessa forma, nos 100 primeiros dias de governo, prefeitos e prefeitas têm uma oportunidade única para diagnosticar problemas relacionados à infraestrutura de TI, mapear dados sensíveis coletados pela prefeitura e atualizar políticas de privacidade a fim de estabelecer uma base sólida de proteção e segurança de dados públicos em seus municípios.

## Ações prioritárias

Os municípios devem considerar as seguintes ações prioritárias em curto prazo para fortalecer a segurança da informação:

**Auditoria de Sistemas:** Realizar a avaliação completa das infraestruturas de TI e sistemas de informação para identificar vulnerabilidades.

**Capacitação de Pessoal:** Promover treinamentos para servidores sobre práticas de segurança, proteção de dados e conscientização sobre cibersegurança.

**Implementação de Políticas de Segurança:** Criar e formalizar políticas de segurança da informação, incluindo protocolos para manejo e proteção de dados pessoais.

**Atualização de Sistemas:** Garantir que todos os softwares e sistemas





operacionais estejam atualizados, corrigindo vulnerabilidades conhecidas.

**Backup Regular:** Estabelecer um plano de backup regular dos dados críticos para garantir a recuperação em caso de incidentes.

**Controle de Acesso:** Implementar controles rigorosos de acesso a sistemas e informações, utilizando autenticação multifatorial sempre que possível.

**Monitoramento e Resposta a Incidentes:** Criar um plano de monitoramento de segurança e um protocolo de resposta a incidentes para agir rapidamente em caso de ataques.

**Criação de uma infovia:** garantir a integridade e confidencialidade da informação trocada entre todos os sítios municipais, de forma segura e com alta disponibilidade.

### Na Prática

Em Salvador (BA) a prefeitura deu um importante passo para se tornar uma cidade digital por meio da implementação do Plano Diretor de

Tecnologias da Cidade Inteligente (PDTCI).

### Lançamento do Plano Diretor de Tecnologia em 2022

O projeto de cidade inteligente apresenta uma rede de soluções, incluindo benefícios avançados de segurança cibernética, gerenciamento de acesso, monitoramento, controle e centro de operações. Essa iniciativa é reforçada por recursos de alta velocidade, controle, segurança e escalabilidade em total conformidade com as práticas recomendadas no mundo das tecnologias, estruturas regulatórias e leis.

A cidade implantou processadores de segurança nos data centers e nos prédios administrativos para criar uma rede unificada que permitisse um fluxo de informações seguro e resiliente. Como resultado, o tráfego e as aplicações principais que dão suporte às operações da cidade estão protegidos contra

ameaças, e as pessoas podem se comunicar de forma transparente e contínua. Para a conectividade sem fio, a cidade instalou 800 pontos de acesso para fornecer conectividade Wi-Fi segura aos funcionários do governo local em prédios públicos e aos cidadãos em áreas externas. Além disso, adicionou uma camada extra de segurança para aqueles que se conectam a redes Wi-Fi por meio de um requisito de autenticação multifator, que identifica de forma transparente os usuários da rede e aplica políticas de acesso baseadas em identidade no esquema de rede existente.

A equipe de segurança também obtém relatórios para identificar e mitigar ameaças antes que ocorra uma violação, sem exigir a troca de contexto dos usuários devido à sua visualização de console único. De acordo com Wlader Peres, Diretor Técnico de Infraestrutura da COGEL - Companhia de Governança Eletrônica de Salvador “o projeto de smart city de Salvador permitiu à cidade melhorar a prestação de serviços, reduzir os custos operacionais e otimizar a economia e os negócios locais, além de viabilizar um plano ambientalmente sustentável que fornece acesso equitativo à conectividade para toda a comunidade”



**Éliton Silva**  
diretor comercial e de operações da Bras Nuvem.





# Precatórios: “Pagar ou não pagar, eis a questão.”

**P**oucos sabem, mas a palavra precatório tem origem etimológica na palavra latina *deprecare* que significa pedir ou requisitar algo.

Por sua vez, a doutrina define esse “pedido” como uma requisição de pagamento formulada pelo juízo da execução da sentença ao respectivo Presidente do Tribunal de Justiça para que este determine o pagamento pelo ente público, suas autarquias ou fundações, de uma dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, com valor superior à requisição de pequeno valor.

No Brasil, o precatório foi disciplinado pela primeira vez na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934 que dispunha em seu artigo 182 que “Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo vedada a designação de caso ou

personas nas verbas legais”. (texto copiado do seu original)

Mais tarde, essa requisição de pagamento se manteve nas Constituições de 1937, 1946 e 1967, tendo, contudo, maior relevância na intitulada “Constituição Cidadã”, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Entretanto, apesar da garantia constitucional do pagamento das dívidas suportadas pela Fazenda Pública, suas Autarquias e Fundações, em decorrência de decisão judicial, não é raro que um credor receba seu precatório após longos anos; e, em muitos casos, na pessoa dos seus descendentes. E essa situação não se verifica apenas pela demora na prestação jurisdicional, mas igualmente, pelas diversas alterações realizadas ao longo do tempo em relação ao regime de pagamento de precatórios, refletindo as tentativas do Estado de lidar com o elevado volume de dívidas judiciais contraídas pela Administração Pública.

Assim, nesse sentido, entendo que a principal alteração no regime de pagamento dos precatórios ocorreu em 1988 com a promulgação de nossa última Carta Magna, onde foi estabelecido que os débitos dos entes públicos deveriam ser pagos em ordem cronológica, com a inclusão dos precatórios no orçamento do ano seguinte ao da sua apresentação.

Essa alteração trouxe inegável segurança jurídica para os credores, considerando que nas Constituições de 1934 e 1937 não havia uma regulação clara quanto ao pagamento dos precatórios. Da mesma forma, apesar de previsto nos ordenamentos jurídicos magnos de 1946 e 1967, os precatórios eram raramente quitados, uma vez que a prática era marcada pela morosidade e pelo frequente descumprimento.

Apesar dessa inaugurada segurança jurídica, apenas 12 anos depois foi promulgada a Emenda Constitucional nº 30/2000 que instituiu o pagamento, em até 10 anos, para



os débitos pendentes até 1999, dificultando, assim, a quitação das dívidas no prazo original.

Decorridos mais 9 anos, o Congresso Nacional, através da Emenda Constitucional nº 62/2009 criou o chamado "regime especial" de pagamento de precatórios, permitindo a quitação das dívidas da Fazenda Pública através do depósito de um percentual da receita corrente líquida (entre 1% e 2%) e a realização de leilões para pagamento com deságio.

Da mesma forma, essa alteração introduziu no ordenamento jurídico a possibilidade de compensação de débitos fiscais com precatórios e a determinação do pagamento integral dos precatórios existentes até o ano de 2024.

Todavia, em 2013 o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais diversos trechos da EC nº 69/2000, a exemplo dos leilões com deságio e a limitação do percentual para quitação.

Mais tarde, em 2016 e 2017, respectivamente, através das EC nº 94/2016 e EC 99/2014 foi reafirmado o regime especial, estendendo um prazo para pagamento integral até 2024, com a introdução de medidas como o uso de recursos de depósitos judiciais para quitação e o incentivo à realização de acordos diretos com credores.

Finalmente, em 2021 foram promulgadas as Emendas Constitucionais 109 e 114 que, por sua vez, flexibilizaram os limites de pagamento dos precatórios, permitindo que o governo administrasse melhor suas contas públicas, estabelecendo ainda um novo regime de parcelamento, limitando os gastos com precatórios a um teto anual vinculado ao orçamento.

De maneira idêntica, as emendas acima mencionadas introduziram o "subteto" para precatórios, com

prioridade para débitos alimentares, idosos e pessoas com deficiência, ampliando ainda o prazo de quitação definitiva, considerando o impacto fiscal.

Apesar dessas alterações, realizadas em verdadeiro socorro aos entes federados, suas autarquias e fundações, não houve grandes alterações no estoque de precatórios.

Por essa razão, diante dessa indesejada "inadimplência", o Senado Federal, por proposta encabeçada pelo Senador Jader Barbalho, votou e aprovou proposta de Emenda à Constituição que possibilitará, dentre outras benesses, a fixação de percentuais vinculados à receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior para o pagamento dos precatórios, assim como um sistema de controle a partir de 2030, com fiscalização por parte do Poder Judiciário.

Referida proposta foi encaminhada para a Câmara dos Deputados em 21 de agosto de 2024 para análise e atualmente aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para posteriormente ser votada.

Não obstante essa encorajadora notícia, os gestores públicos não devem permanecer inertes em relação aos seus estoques de precatórios, tomando medidas para a sua redução.

Dentre essas medidas destacam-se: (i) o respeito aos contratos, fornecedores e servidores; (ii) o treinamento e a capacitação constante dos servidores e secretários municipais sobre legislação e melhores práticas de gestão; (iii) a solução amigável de conflitos através da criação de câmaras de conciliação para negociação das dívidas existentes; (iv) a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas; e, finalmente, (v) a garantia da transparência e fiscalização dos atos administrativos.

Finalmente, em sede de precatórios, importante destacar que, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reafirmou que a compensação unilateral de créditos inscritos em precatórios com débitos existentes perante a Fazenda Pública é inconstitucional, editando a seguinte tese de repercussão geral: "A compensação dos débitos da Fazenda Pública inscritos em precatórios, prevista nos §§ 9º e 10 do art. 100 da Constituição Federal incluídos pela EC nº 62/09, viola frontalmente o texto constitucional, pois obsta a efetividade da jurisdição (CRFB/88, art. 5º, XXXV), desrespeita a coisa julgada material (CRFB/88, art. 5º, XXXVI), vulnera a Separação dos Poderes (CRFB/88, art. 2º) e ofende a isonomia entre o Poder Público e o particular (CRFB/88, art. 5º, caput)."

Enfim, ainda que pela décima primeira vez seja promulgada uma nova Emenda Constitucional para modificar o regime de pagamento dos precatórios, os gestores públicos têm que ter em mente que a melhor solução para esse problema será sempre prevenir do que remediar, porque um dia, ainda que não se saiba quando, a conta vai bater à porta, e o dilema mencionado no título desta matéria terá uma única solução, ou seja, o pagamento.



**Luciano Ferreira Peres**

*Advogado da Associação Paulista de Municípios e Especialista em Direito Público pela PUC-SP*



## O que fazer nos 100 primeiros dias de governo para a modernização tecnológica de seu município?

**A** modernização tecnológica é um tema fundamental para a gestão municipal, pois permite que os prefeitos implementem soluções mais eficientes e transparentes, otimizando a administração pública e melhorando a qualidade dos serviços oferecidos à população. Com o uso de tecnologias, é possível coletar e analisar dados para tomar decisões mais assertivas, agilizar processos e, principalmente, proporcionar maior proximidade e interação entre a gestão e os cidadãos.

Nos 100 primeiros dias de governo, portanto, é relevante que prefeitas e prefeitos recém eleitos adotem estratégias de impacto rápido relacionados à identificação das necessidades de modernização tecnológica junto às secretarias e áreas administrativas do governo e o planejamento estratégico, de curto a médio prazo, para a implementação de soluções tecnológicas em setores cujos serviços sejam mais prioritários à população a fim de facilitar o acesso aos serviços municipais e avançar a pauta de transformação digital da gestão municipal. Nesse aspecto, o

Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) se apresenta como um importante parceiro dos municípios, oferecendo ferramentas seguras e eficientes que auxiliam a modernizar a gestão pública desde o início dos novos mandatos.

### Ações prioritárias

Realização de diagnóstico rápido e Planejamento Estratégico: Identificar, junto às secretarias e áreas administrativas, as necessidades de modernização tecnológica de cada setor e definir em quais setores prioritários as



## Valor agregado



soluções tecnológicas serão implementadas no curto e médio prazo. Contratação de Infraestrutura Tecnológica: Investir em plataformas digitais que suportem a oferta de serviços públicos, como portais de atendimento ao cidadão, sistemas de gestão administrativa e ferramentas de comunicação.

Garantir que a infraestrutura esteja adaptada para suportar o aumento na demanda por serviços digitais, incluindo a integração de sistemas de diferentes secretarias municipais.

Capacitação de Servidores: Promover treinamentos e capacitações para os servidores públicos, preparando-os para utilizar novas ferramentas tecnológicas.

Desenvolvimento de Parcerias: Estabelecer parcerias com empresas

e instituições que possam fornecer suporte técnico e soluções inovadoras.

Promoção da Cidadania Digital: Incentivar a população a utilizar os serviços digitais, garantindo que todos tenham acesso às tecnologias necessárias.

### Na prática:

Um exemplo significativo de modernização tecnológica ocorreu na Prefeitura de Araguaína, que implementou a plataforma Cidades Gov.br, permitindo a oferta de serviços tanto em nível local quanto federal. Esta solução proporciona segurança e disponibilidade, características que somente o Serpro pode garantir. Para conhecer o case da Prefeitura de Araguaína no uso do Cidades Gov.br acesse: <https://www.araguaina.to.gov.br/>.

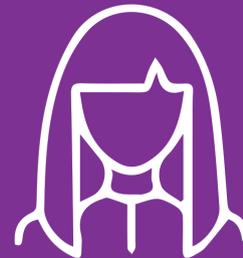
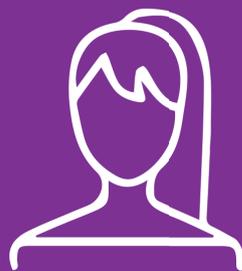
Se você deseja conhecer mais sobre as soluções que o Serpro oferece e como podemos auxiliar na modernização da sua gestão, acesse nosso site: [www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br)



### **Dulcimara Delfes**

*Pós graduada em engenharia de software, está à frente do Departamento de Negócios e Soluções Inteligentes para Governo Digital no Serpro*





# MULHERES EM DESTAQUE



## Suéllen Silva Rosim

A Prefeita reeleita de Bauru, Suéllen Silva Rosim, foi eleita como 2ª Vice-Presidente da APM, na chapa encabeçada pelo Presidente Fred Guidoni. Suéllen, a primeira Mulher a assumir o cargo de Prefeita de Bauru, é formada em Comunicação Social e Jornalismo. Foram eleitas Conselheiras: Ivana Maria Bertolini Camarinha (Prefeita reeleita de Pederneiras) e Paula Oliveira Lemos (foi Prefeita e Vereadora de Barretos). À Comissão de Sindicância: Profª Maria da Graça Zucchi Moraes (Prefeita reeleita de Itirapina) e Ana Lúcia Bilard Sicherle (foi Prefeita de São Luiz de Paraitinga).



## Fórum de Turismo

A GCSM (Global Council of Sustainability and Marketing), presidida com maestria por Agostinho Turbian, juntamente com a GCSM Mulher, presidida pela competente Thatiana Turbian, realizaram o 6º Fórum Brasileiro de Turismo, no dia 18 de novembro, na Amcham Business Center, em São Paulo. Esta colunista recebeu importante homenagem, anunciada por Thatiana Turbian, sendo também homenageados a empresária Chieko Aoki e o Prof. Néelson Virgílio de Carvalho. Na foto: Luciane Leite (Secretária Executiva da Secretaria Estadual de Turismo e Viagens), Roberto de Lucena (Secretário Estadual de Turismo e Viagens), a homenageada Marilene Mariotoni e o Presidente Agostinho Turbian.



## Presidente Fred Guidoni - APM

O Presidente eleito da APM, para o mandato deste ano até o final de 2028, Fred Guidoni, recebeu esta colunista Marilene Mariotoni, em sua sala, no início de janeiro. Fred reafirmou sua disposição de valorização dos municípios e de contínuo aperfeiçoamento da APM. Reafirmou ainda que deseja dar continuidade aos trabalhos de valorização da Mulher na área política, de Prefeitas, Vice-Prefeitas, Vereadoras, Secretárias Municipais, Primeiras Damas, Deputadas, Senadoras e autênticas lideranças femininas e dar visibilidade aos seus trabalhos.



**Marilene Mariotoni**  
É Conselheira da APM e da Consumare e Diretora

da Associação de Mulheres na Engenharia, Agronomia e Geociências do Estado de São Paulo, engenheira, corretora e jornalista. Foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim.

[marilenemariotoni@uol.com.br](mailto:marilenemariotoni@uol.com.br)





### Luciane Leite

A Secretária Executiva da Secretaria Estadual de Turismo e Viagens, Luciane Leite, receberá homenagem no 20º Encontro do Setor de Feiras e Eventos (ESFE), a ser realizado em 18 de fevereiro próximo, em São Paulo, no Centro de Convenções Rebougas. O evento é realizado pelo grupo ON, CEO - Octávio Neto, que ressalta o trabalho de Luciane na Bahiatursa, na SP-Turis e agora na Secretaria de Turismo. Luciane Leite é defensora da equidade de gênero no turismo e afirma que as Mulheres têm potencial transformador no mercado de trabalho.



### Prefeita Sheila na AMITESP

Nossos cumprimentos ao Prefeito José Basílio de Faria, do município de Santa Clara D'Oeste, eleito Presidente da AMITESP – Associação dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo e aos Diretores e aos Conselheiros Fiscais eleitos, em dezembro passado, para o mandato 2025-2026. A Prefeita de Borborema, Sheila Maria Gonçalves de Oliveira, na foto com o Presidente Zé Basílio, foi eleita suplente do Conselho Fiscal. Sucessos a todos!



### Criada a CNCM

A Confederação Nacional das Câmaras Municipais (CNCM) foi fundada em 5 de dezembro, em São Paulo, num trabalho incansável de Cristiano Bueno. Na foto, parte da Diretoria eleita: Vice Presidentes Cristiano Bueno (da Frente Parlamentar dos Municípios, ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara de Bom Jesus dos Perdões) e Ronaldo Daher (Assessor da Deputada estadual Analice Fernandes, foi Vereador, Presidente da Câmara e Vice-Prefeito por dois mandatos em Colina e foi Assessor Parlamentar da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional), Diretora 1ª Secretária Marilene Mariotoni (foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara de Moji Mirim) e o Presidente Anésio de Campos (foi Vereador por 2 mandatos em Cajamar).



### Prêmio Excelência Mulher

Promovido pela Fundação Aca Laurência (Presidente Emérita Rosely Ugolini e Presidente Zaira de Abreu), pelo CIESP Sul e pela Casa da Mulher Paulista, no Teatro Municipal de São Paulo, em dezembro, o Prêmio Excelência Mulher 2024 premiou várias Mulheres de destaque em suas atividades. Cerimônia emocionante e bem organizada que teve no Cerimonial: o jornalista Dr. JB de Oliveira e Solange Sargentelli. Foto: a homenageada Marly Lamarca, Rosely Ugolini e a homenageada empresária Dra. Rosely Cury Sanches.



### Maria Cecília Parasmó

Agraciada com o Prêmio Excelência Mulher 2024, Maria Cecília de Almeida Parasmó é psicanalista e graduada em letras, com mestrado em Ciências Humanas. Atua em clínica própria e tem vários trabalhos voluntários. É Coordenadora do Grupo Criança na Creche com projeto para a primeira infância, desde 2016. Esse grupo é constituído por pessoas especialmente convidadas por Maria Cecília para discussão e ações na área, estando entre as componentes a ex-Vereadora Janáina Lima (São Paulo).



### Rosely e Cida Raiz

Também foi agraciada com o Prêmio Excelência Mulher 2024, Cida Raiz, Conselheira do ConSocial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Na foto, Cida Raiz recebe o reconhecimento público de seu trabalho, através do belíssimo Troféu, das mãos da idealizadora do evento, Rosely Ugolini. Cida Raiz fez um emocionante e importante pronunciamento na oportunidade.





### Helena Inácio Chinchilla

A Presidente do Fundo Social de Santa Isabel que continuará sua importante atuação com a reeleição do Prefeito Dr. Carlos Chinchilla. Ela é formada em fisioterapia, atuou na UTI da Santa Casa de Misericórdia de Santa Isabel e por 9 anos como instrumentadora cirúrgica. Desde 2022 assumiu também a Secretaria de Saúde realizando uma gestão merecedora de reconhecimento pela população, aprimorando a Rede Municipal de Saúde, renovando na totalidade a frota de veículos e viabilizando a construção de uma UPA infantil. Parabéns!



### Deputada Thainara Faria

A Deputada estadual é autora da lei estadual que obriga as instituições de ensino técnico e superior a tomarem medidas de prevenção de casos de violência envolvendo seus estudantes, com proibição dos chamados trotes violentos. A Deputada estadual Thainara Faria é advogada, pós-graduada em Direito Constitucional e foi Vereadora por dois mandatos em Araraquara. Preside Frentes Parlamentares ligadas ao direito das Mulheres, das crianças e dos adolescentes, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).



### Confraria 40+

A jornalista Jô Ribeiro organizou a Confraria de Mulheres 40+ com a missão da construção da sociedade feminina por meio da amizade, das boas obras, da verdade e do reconhecimento das semelhantes. Na foto, sentadas: Édna Pinheiro, Marilene Mariotoni e Débora Veiga, e em pé: Lilian Trigolo (Flores de Illicínea Cafés Especiais; escreve a coluna Pausa para o Cafezinho no Blog do Madeira) e a idealizadora da Confraria, jornalista Jô Ribeiro (do Portal Jô Ribeiro com várias colunas, como Acontece, Eventos, Gastronomia e Viagens, Poder Online e Trend).



### Dra. Ivanety Assis

Formada em geociências pela Federal de Mato Grosso, com mestrado pela Universidade do Rio Grande de Norte e Doutora pela USP e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, foi Chefe de gabinete de Apoio à Pesquisa Científica na Universidade Técnica de Angola (UTANGA) e Diretora da sua Faculdade de Engenharia. É palestrante e escritora. Fez importante e comovente palestra no 1º Congresso Paulista da AMEAG, em São José dos Campos, no dia 16 de dezembro, convidada pela Presidente Eng. Poliana Krüger.



### Imprensa

A Associação Paulista de Imprensa (API) está com nova Diretoria, eleita em dezembro passado, tendo como Presidente o Dr. Sérgio Redó. Na foto das componentes da API, esta colunista entre a jornalista Selma Regina da Silva Cimino, Vice-Presidente Jornais de Bairro, e a jornalista Fabiana Alves, Diretora Secretária Adjunta da API. A jornalista Selma Cimino é editora-chefe do Jornal da Zona Leste e é também dos jornais Marco Zero e Valor da Paulista. A API comemorou os seus 92 anos e os 471 do município de São Paulo.



### Convenção do CRECI

O atuante Vice-Governador Felício Hamuth participou, com importantes informações, da abertura da Convenção Multidisciplinar de Capacitação promovida pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo, em Atibaia, ao lado de José Augusto Viana Neto, Presidente do CRECI SP. Na foto: Presidente Augusto Viana, Emil Ono (então Prefeito de Atibaia), Marilene Mariotoni que palestrou sobre Relacionamento Interpessoal na gestão, e o Vice-Governador Felício Hamuch. A Convenção reuniu cerca de mil e duzentas pessoas.





### Fernanda do Brasil

A atriz Fernanda Torres foi agraciada com o Globo de Ouro 2025 como melhor atriz de drama, por sua atuação no filme Ainda Estou Aqui, do Diretor Walter Salles e produção original da Globoplay. A crítica internacional reconheceu o enorme talento da atriz que é a primeira brasileira a obter essa premiação. Fernanda é filha dos atores Fernando Torres (já falecido) e Fernanda Montenegro que também atuou no filme.



### Vereadora Rosa reeleita

A Vereadora Rosa Filippo, do município de Guaratinguetá, comemorou com familiares, eleitores e com seu irmão, o Prefeito Júnior Filippo, como mostra a foto, sua eleição para novo mandato como Vereadora. Continuará sua vitoriosa trajetória como Vereadora em seu segundo mandato e agora também com a missão de Presidir a Câmara Municipal, eleita pelos seus pares para o mandato de dois anos. A Vereadora Alexandra Andrade (segundo mandato) foi eleita 2ª Secretária e a outra Mulher eleita Vereadora é a Dra. Tatiana Antunes.



### Amélia reeleita

A Vereadora Amélia Naomi, de São José dos Campos, foi reeleita para o 10º mandato. Sua votação foi a maior entre todos os candidatos, tendo presidido a sessão de posse. Tem um extenso e qualificado trabalho em defesa da Mulher, contando com o reconhecimento da população. Trabalhou em todo o município, conquistou recursos para entidades e se preocupa com as questões climáticas. Outra atuante Vereadora, Juliana Fraga, foi eleita 2ª Vice-Presidente na Mesa cujo Presidente, reeleito, é o Vereador Roberto do Eleven.



### Tarciana Medeiros

A Presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, pelo segundo ano consecutivo, é a única brasileira que consta da lista das 100 Mulheres Mais Poderosas do Mundo, publicação da Forbes, revista de negócios e economia, na 18ª posição (no ano anterior estava na 24ª posição). Esse ranking reúne 100 líderes em setores como política, finanças, tecnologia e artes, avaliando especialmente com base em esferas de influência, impacto, mídia e dinheiro. Tarciana é a primeira Mulher no cargo desde a criação do Banco, o segundo maior do país.



### Bárbara Krystal

Falará sobre “Inovação nos Órgãos de Controle Interno e Externo, OCDE e ESG e Efetividade na Governança”, em 13 de fevereiro, no 2º Encontro do Alto Tietê de Inovação para Construção de Cidades Inteligentes Mais Humanas e Mais Sustentáveis. O evento é uma realização da Frente Parlamentar dos Municípios com apoio da Confederação Nacional das Câmaras Municipais (CNCM), na Câmara Municipal de Santa Isabel. Também farão palestras: Dra. Regiane Relva Romano, Dr. José Renato Nalini, André Andrade e Diego Carvalho.



### 1º Congresso AMEAG

A Associação de Mulheres da Engenharia, Agronomia e Geociências do Estado de São Paulo realizou o 1º Congresso Paulista da AMEAG SP, no Polo de Inovação Tecnológica (PIT) de São José dos Campos, em 16 de dezembro, contando com a presença de profissionais de vários estados brasileiros. Na foto da mesa redonda sobre a participação da Mulher nas profissões: Vice-Presidente da AMEAG SP Eng. Viviana Constâncio, Presidente da FAMEAG e da AMEAG Eng. Poliana Krüger, moderadora Tábata Ariel, Presidente da APEAG Eng. Carmem Eleonora Cavalcanti Amorim Soares e Eng. Marilene Mariottoni.





## Uma parceria de lutas e conquistas

É nos Municípios que a vida acontece. Em São Paulo, assim como nos demais Estados do Brasil, é na porta dos prefeitos que as pessoas batem quando precisam de uma cesta básica, de creche, de atendimento no posto de saúde, de saneamento, de segurança. A comunidade não recorre à União ou ao Estado, muitos não sabem nem quem são. Mas todo mundo conhece o prefeito, o vereador.

Ainda assim, todo o valor produzido nas 5.569 localidades brasileiras vai para Brasília e apenas uma pequena parte retorna às prefeituras para gestão do Município e prestação de serviços. Essa concentração de recursos na capital federal e nos governos estaduais faz dos gestores municipais malabaristas, principalmente nas cidades de pequeno porte.

Os recursos públicos não são suficientes para atender a todas as demandas da população. Por isso, a luta municipalista primária, que se arrasta desde a Constituinte, é pelo aperfeiçoamento do pacto federativo. Tivermos avanços importantes, é verdade, como a Contribuição da Iluminação Pública (CIP), aumentos su-

cessivos dos percentuais de repasse no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a implantação dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS), a regulamentação do Imposto sobre Serviços (ISS), a criação do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) e 100% do Imposto Territorial Rural (ITR). Esses são alguns exemplos.

Essa é a nossa luta, e passa pelo fortalecimento dos Municípios e pela autonomia formal e financeira. Não podemos aceitar que os governos federal e estaduais joguem sobre nossos ombros a responsabilidade de executar suas políticas públicas. A Constituição atribuiu aos Entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – as atribuições privativas ou comuns. E não há hierarquia entre os Entes. Entretanto, ainda vemos decisões tomadas em Brasília, como programas federais subfinanciados e a instituição de pisos salariais, estrangulando as finanças locais, fazendo a máquina municipal crescer, enquanto o quadro de servidores federais reduz.

Os Municípios estão arrecadando menos e gastando mais, a conta não fecha. Para muitos de vocês, esses

desafios se juntam à falta de recursos, à crise financeira e a impactos advindos de desastres naturais recorrentes. É urgente resolver o problema previdenciário, que também é resultado da transferência de responsabilidades; e o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2024, construído por nós, resolve o problema. Precisamos nos unir para que essa aprovação aconteça.

A APM tem estado junto conosco nessa luta, e tenho certeza de que não será diferente ao longo deste ano. Com diálogo, independência financeira, capacidade técnica e apartidarismo, avançamos em prol do desenvolvimento. Tenho certeza de que 2025 será um ano de muitos desafios, mas com o engajamento de cada um, avançaremos na luta por um Brasil mais justo e com menos desigualdade.

Assim, quero saudar cada novo gestor e dizer que o trabalho é árduo, mas as conquistas também são muitas, mais de R\$ 1,8 trilhão. Nosso palco principal é Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, e é uma forte demonstração da força do movimento municipalista. Vamos nos unir novamente, nesse grande evento, entre os dias 19 e 22 de maio. Já se organize para estar conosco em bom ano a todos.



**Paulo Ziulkoski**  
Presidente da CNM



# Grupo Cesar revoluciona infraestrutura pública com soluções modulares rápidas e sustentáveis

**Referência em tecnologia e inovação, a empresa oferece alternativas ágeis para escolas, hospitais e projetos habitacionais**



**Vila Reencontro, em São Paulo:** 1.400 famílias sem teto ganharam um lar digno e seguro

O Grupo César está transformando o setor de construção civil no Brasil e no exterior com soluções modulares que combinam alta tecnologia, sustentabilidade e agilidade. A empresa oferece alternativas práticas e eficientes para prefeitos e gestores públicos que buscam atender demandas urgentes de infraestrutura, como escolas, hospitais e habitações, em até 90% menos tempo comparado aos métodos convencionais. Os módulos são fabricados com tecnologia avançada, já equipados com sistemas elétricos e hidráulicos, e chegam prontos para instalação, reduzindo impactos urbanos e acelerando a entrega de projetos essenciais. Essa abordagem permite ampliar o acesso à educação, saúde e moradia digna, oferecendo soluções que impactam diretamente a qualidade de

vida das comunidades atendidas.



## Referência que se estende para outros setores

Além de sua expertise em construção modular, o Grupo César é referência em logística para cargas pesadas e estruturas complexas, atendendo projetos de larga escala com eficiência. A Cesar Containers, por exemplo, oferece soluções robustas e versáteis, como unidades para alojamentos, refeitórios

e guarda-ferramentas, sempre alinhadas às mais rigorosas normas de segurança.



Com um histórico de projetos inovadores, o Grupo César não entrega apenas obras, mas soluções integradas que transformam desafios em resultados concretos. Para São Paulo, onde os desafios de urbanização são constantes, a empresa se posiciona como parceira estratégica para prefeitos que buscam desenvolvimento com eficiência, tecnologia e responsabilidade.

Seja para construir escolas e hospitais ou para atender demandas habitacionais, o Grupo César reafirma sua liderança como referência em engenharia modular, promovendo impactos positivos no setor público e privado.



Conheça as soluções que a Cesar oferece para o seu projeto!



**CESAR**

0800 945 9500

# Dê o próximo passo no crescimento da sua empresa com o Sebrae.

Com nossos cursos on-line, você tem acesso às melhores ferramentas para impulsionar os resultados do seu negócio e crescer ainda mais.

## Você vai aprender sobre:

- Estruturação e Planejamento
- Liderança
- Finanças
- Marketing e Vendas



Acesse [resolve.sebraesp.com.br](http://resolve.sebraesp.com.br) e saiba como o Sebrae pode te ajudar.

